

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Isadora Ritterbusch Librenza

História oral da militância feminina no Movimento Estudantil: a trajetória de  
entrevistadas do Projeto Marcas da Memória (1964-1969)

Porto Alegre,

2014.

Isadora Ritterbusch Librenza

História oral da militância feminina no Movimento Estudantil: a trajetória de entrevistadas do Projeto Marcas da Memória (1964-1969)

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como pré-requisito parcial para a obtenção do grau de licenciada em História.

Orientadora: Prof. Dra. Carla Simone Rodeghero

Porto Alegre,

2014.

Isadora Ritterbusch Librenza

História oral da militância feminina no Movimento Estudantil: a trajetória de entrevistadas do Projeto Marcas da Memória (1964-1969)

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como pré-requisito parcial para a obtenção do grau de licenciada em História.

---

Carla Simone Rodeghero – Orientadora (UFRGS)

---

Dante Guimaraens Guazzelli (UFRGS)

---

Vanderlei Machado (CAP-UFRGS)

Porto Alegre,

2014.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Professora Carla Simone Rodeghero pela paciência com que me orientou no decorrer desta pesquisa, pela leitura atenta do trabalho e pelas observações sempre pertinentes.

À minha mãe, por desde muito cedo ter me incentivado a ler, por ter estado do meu lado apoiando minhas escolhas, por fazer tudo por mim.

Aos colegas e amigos Ana Maria Barth Teixeira, Anderson Bier Saldanha, Thamires Silva, Naiara Assunção, Samanta Barili e Bruna Neves pela parceria durante a graduação, em trabalhos em grupo, tardes de estudo, mesas de bar e centenas de conversas sobre todos os assuntos possíveis. Sem vocês os últimos cinco anos teriam sido muito mais pobres e menos divertidos, muito obrigada.

Aos amigos dos ambientes informais de aprendizado da UFRGS, pelas rodas de conversa, pela criticidade com que encaram a vida, por acreditarem numa sociedade horizontal e por viverem sua ideologia. Vocês me inspiram todos os dias.

A todos os professores do Departamento de História.

Aos professores Nilton Pereira, Fernando Seffner, Carla Meinerz e Carmem Gil, pela dedicação e preocupação com que tratam o ensino de história.

Ao professor Vanderlei Machado, por demonstrar no dia-a-dia que ensino básico e academia podem e devem dialogar.

A todos os mestres que tive o prazer de conhecer em minha vida estudantil, em especial à Professora Ida Irma Dettmer, que na longínqua sexta série despertou em mim a paixão pela história.

A Júlia Wunsch, Carolina Gubert e Helena Lucchese Fantinelli, pela bela amizade e parceria.

À minha companheira de todas as horas, Andresa Paiva, por ouvir pacientemente meus dilemas e anseios. Muito obrigada!

## RESUMO

Utilizando como fontes entrevistas do Projeto Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil, este trabalho tem como objetivo analisar a trajetória de mulheres que militaram no movimento estudantil nos primeiros anos da ditadura civil-militar brasileira. Partindo das memórias das militantes, a pesquisa trata de temas como a família e a escola como espaços de formação, as atividades desenvolvidas pelas mulheres no Movimento Estudantil entre 1964 e 1969, as prisões, a relação das entrevistadas com as organizações de esquerda, com o movimento estudantil e com a repressão.

**Palavras-chave:** história das mulheres; movimento estudantil; ditadura brasileira; memória;

## **ABSTRACT**

Using as sources the interviews of the Project “Marks of Memory: Oral History of Amnesty in Brazil”, this study aims to analyze the trajectory of women who militated in the student movement in the early years of the civil-military dictatorship of Brazil. From the memories of militants, this survey addresses topics such as the family and the school as a space for formation, the activities developed by women in the Student Movement between 1964 and 1969, the arrests, the relation of the respondents with the leftist organizations, with Student Movement and repression.

**Keywords:** Women’s history; Student Movement; Brazilian dictatorship; Memory;

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	7
<b>2 MEMÓRIAS DE INFÂNCIA: FAMÍLIA E ESCOLA COMO AMBIENTES DE FORMAÇÃO</b> .....	16
2.1 MARIA JOSÉ, DULCE, CARMEM, RITA E AMPARO.....	17
2.2 VERA, NILCE, SANDRA, LILIA, MAGDA E ANA .....	21
2.3 JOSEFA.....	24
2.4 APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS NAS HISTÓRIAS DE VIDA DAS ENTREVISTADAS .....	24
<b>3 MOVIMENTO ESTUDANTIL (1964-1969): PRESENÇA E AGÊNCIA FEMININA</b> .....	29
3.1 A MILITÂNCIA DE DOZE MULHERES NO MOVIMENTO ESTUDANTIL (1964-1969) 30	
<b>Lilia</b> .....	30
<b>Sandra</b> .....	34
<b>Magda</b> .....	34
<b>Vera</b> .....	35
<b>Ana</b> .....	37
<b>Maria José</b> .....	39
<b>Dulce</b> .....	40
<b>Amparo</b> .....	42
<b>Carmem</b> .....	43
<b>Josefa</b> .....	46
<b>Rita</b> .....	47
<b>Nilce</b> .....	48
3.2 MULHERES, ESTUDANTES E MILITANTES POLÍTICAS NA DÉCADA DE 1960 ....	49
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	58
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	61

## 1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa analisa a atuação de militantes mulheres no Movimento Estudantil entre 1964 e 1969. Os primeiros anos da ditadura civil-militar, entre 1964 e 1966, são definidos por Maria Helena Moreira Alves, na obra *Estado e Oposição no Brasil (1964-1985)*, como anos de consolidação do aparato repressivo – após a Junta Militar assumir o poder, prometeu “restaurar a legalidade”, mas logo em seguida, com o Ato Institucional nº1, o governo militar demonstrou que o poder não emanava do povo, mas do exercício do poder em si (ALVES, 2005, p. 65). A autora compreende ter sido o AI-1 que por limitar os poderes do Congresso Nacional, autorizar cassação de mandatos e suspender a imunidade parlamentar, o AI-1 gerou a reação que deu início à dialética Estado/oposição.

A presença da oposição fez-se sentir com mais intensidade nos anos de 1967 e 1968, período definido por Alves como um momento de ofensiva da oposição ao regime. Durante os cinco primeiros anos de ditadura civil-militar, o Movimento Estudantil assumiu um papel fundamental na oposição, fosse defendendo demandas estudantis, tais como mais vagas nas universidades públicas e melhoria da estrutura destas, fosse apoiando os movimentos operários ou expandindo suas manifestações para além da esfera da educação, questionando a ditadura e posicionando-se contra a aproximação do governo brasileiro com a política norte-americana.<sup>1</sup> Os anos de 1967 e 1968 foram marcados pelo aumento da presença dos estudantes nas ruas, pela intensificação da denúncia da repressão e pelo posicionamento contrário aos acordos MEC-USAID, que previam a reforma do ensino público a partir de modelo oferecido pelos Estados Unidos.

O Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, recrudescer a repressão e dificultou a resistência estudantil. Em outubro do mesmo ano, o Congresso da União Nacional de Estudantes na cidade de Ibiúna, em São Paulo, havia sido desbaratado pela repressão, resultando na prisão de 800 líderes estudantis de todo o país. Por essas razões, a partir de 1968 o Movimento Estudantil, juntamente com demais movimentos sociais, sofreu uma grave

---

<sup>1</sup> Refiro-me aqui às greves de operários de Osasco e Contagem, que contaram com apoio estudantil. No caso de Osasco, o presidente do sindicato era, inclusive, estudante secundarista. Mais sobre o assunto em ALVES, 2005, p. 150.

desarticulação, culminando em 1969 na impossibilidade de agir. Aqueles que prosseguiram na oposição à ditadura foram empurrados para a clandestinidade.<sup>2</sup>

Como já foi dito, a delimitação temporal desta pesquisa é posta entre os anos de 1964 e 1969, entendidos aqui como os anos em que havia possibilidade de um trabalho de massa em oposição à ditadura civil-militar. É importante ressaltar que passados os “anos de chumbo” (de 1968 até mais ou menos o fim do governo Médici, em 1974), o Movimento Estudantil iniciou uma retomada, mas com ações mais voltadas à denúncia dos abusos da repressão e mais tarde à campanha pela Anistia. Esta pesquisa não se propõe a entender a atuação das mulheres no Movimento Estudantil ao longo de todo o período da ditadura civil militar, e sim nos anos anteriores ao AI-5 (de 1964 a 1968) e 1969, quando o Movimento é totalmente engessado.

A opção por estudar a atuação das mulheres no Movimento Estudantil neste período parte da constatação de que há, nos livros didáticos de história, um silenciamento quanto à atuação de mulheres na resistência à ditadura civil-militar. Me aproximei deste tema durante minha participação no projeto *A história das mulheres que os livros didáticos não contam*, desenvolvido no Colégio de Aplicação da UFRGS. Vanderlei Machado, analisando livros didáticos de história, constatou que há um silenciamento por parte destes manuais no que se refere a presença de mulheres na oposição à ditadura militar, segundo ele “dos onze livros analisados [em sua pesquisa] somente três fazem referência às mulheres nos textos sobre a ditadura” (MACHADO, 2010, p. 3).

Quando se trata da pesquisa acadêmica, há uma crescente produção sobre a presença feminina nos mais diversos momentos da resistência aos governos militares. Elizabeth Ferreira (1996) também trouxe suas contribuições ao tema com o livro *Mulheres, Militância e Memória*, no qual reconstrói a trajetória de resistência de 13 mulheres a partir de entrevistas de história oral, sem adentrar, entretanto, nos domínios da política estudantil. Ana Maria Colling (1997), escreveu um livro intitulado *A resistência da mulher à ditadura militar*, onde aborda principalmente a presença de mulheres em organizações clandestinas de esquerda, mas também não contempla a questão estudantil, restringindo-se principalmente à luta armada. Olívia Jofilly (2005), em sua obra *Esperança Equilibrada: resistência feminina à ditadura militar no Brasil (1964-1985)*, por exemplo, se propõe a analisar diversas formas de atuação das mulheres na

---

<sup>2</sup> Ainda que houvesse a possibilidade de manifestação, a UNE havia sido posta na ilegalidade já em 1964, no contexto da “Operação Limpeza”. Ver ALVES, 2005, p. 81-83.

resistência à ditadura civil militar, em tese que engloba familiares de mortos e desaparecidos, exiladas, militantes de organizações clandestinas, guerrilheiras, presas e torturadas, mas não chega a mencionar a militância estudantil ou a analisá-la em algum momento de sua obra.

É possível perceber, portanto, que o silenciamento observado nos livros didáticos não está presente com tanta intensidade na produção acadêmica quando se trata da presença de mulheres na resistência em geral. Já quando se fala da atuação das mulheres no Movimento Estudantil, também na historiografia há possibilidade de se ampliar a análise sobre a atuação feminina. Nesse sentido, podemos citar o livro *Mulheres e militância: encontros e confrontos durante a ditadura militar*, de Ingrid Faria Gianordoli-Nascimento (2012). Nessa obra, que lhe rendeu o título de doutora pela Universidade Federal de Minas Gerais, a autora aborda a atuação de mulheres no Movimento Estudantil no Espírito Santo, a partir de entrevistas de história oral coletadas por ela. Trata-se de um estudo da área da psicologia social que traz grandes contribuições teóricas para este trabalho. Salvo as exceções, podemos considerar que tanto na produção acadêmica quanto no ensino de história, existe um silenciamento sobre esse período da história das mulheres e da ditadura civil-militar.

Marcelo Ridenti (2010) no livro *O fantasma da revolução brasileira*, traz dados do *Projeto Brasil: Nunca mais* que indicam de 73% das mulheres processadas pela ditadura civil-militar vinham de camadas intelectualizadas da população, ou seja, eram estudantes ou já eram profissionais com formação superior quando indiciadas. Esse dado tornou viável a suposição de que muitas delas poderiam ter sido militantes estudantis no período sobre o qual este trabalho versará. Na obra de Gianordoli-Nascimento, das nove entrevistadas pela autora, quatro foram militantes no chamado primeiro período de militância, definido entre 1964 e 1968.

A memória das militantes, entretanto, foi silenciada por anos, ficando imersa em generalizações que não contemplavam a atuação feminina nas várias formas de resistência à ditadura. O conhecimento científico, por sua vez, também sai prejudicado diante deste silenciamento, que limita as interpretações historiográficas sobre o referido momento histórico. Maria Paula Araújo, em seu artigo *Uma história oral da Anistia no Brasil: memória, testemunho e superação*, argumenta que

O trabalho com biografias e com a história oral nos permite investigar como, concretamente, na vida de algumas pessoas, este horizonte de possibilidades se apresenta. Essa é uma das maneiras de [...] compreender a história a partir de uma ou múltiplas histórias de vida. (ARAÚJO, 2012, p. 69)

Partindo deste ponto de vista, uma narrativa construída a partir da memória de mulheres pode trazer novas interpretações em relação aos demais trabalhos historiográficos que tratam

da resistência à ditadura militar. Além disso, como muito bem coloca a historiadora italiana Sílvia Salvatici (2005) em seu artigo *Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres*, a história oral e a história das mulheres cresceram juntas, “de maneira natural”. Esse entendimento da autora parte da análise de que ambos os movimentos têm uma origem comum: revelar uma história oculta, pela supremacia das fontes documentais e a supressão da presença das mulheres como sujeito histórico. A história oral possibilita que passagens e sujeitos até então ausentes da história escrita possam ser contemplados. Com isso, amplia-se o leque interpretativo da história, surgem novos problemas e até mesmo novas categorias de análise. Nesta pesquisa serão utilizadas, portanto, a história das mulheres como abordagem e transcrições de entrevistas de história oral como fonte.

Os testemunhos em questão foram coletados no âmbito do projeto Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil. Esse projeto, levado a cabo por equipes das Universidades Federais de Pernambuco, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul em 2011 e 2012, surgiu do intuito de formar um acervo a partir de entrevistas de história de vida realizadas com pessoas que foram afetadas pela repressão. Foram realizadas, ao todo, 108 entrevistas com mulheres e homens que resistiram à ditadura militar (ARAÚJO, MONTENEGRO & RODEGHERO, 2012, p. 17)

Das 93 entrevistas com as quais trabalhei, 31 são de mulheres. A leitura das entrevistas indicou que, entre elas, 12 foram militantes estudantis no período anterior a 1969. Trata-se de mulheres de vários estados do país, militantes estudantis secundaristas, universitárias ou de ambos os níveis de ensino, oriundas de grandes centros urbanos, de cidades do interior ou mesmo do campo. Foi esse conjunto de 12 entrevistas que serviu de fonte principal para a construção do presente trabalho.

A tabela abaixo apresenta as informações básicas sobre as 12 entrevistas:

Nome	Idade quando entrevistada	Cidade de origem	Data e local da entrevista	Entrevistador/ Universidade	Número de páginas da transcrição
Ana Bursztyn	63 anos	Rio de Janeiro (RJ)	Rio de Janeiro (RJ), 07/07/2011	Cecília Matos, Izabel Silva e Maria Paula Nascimento/ UFRJ	40
Carmem Chaves	*	Recife (PE)	Recife (PE), 16/12/2011	Rebecca França e Raíssa Paz/UFPE	66
Dulce Pandolfi	65 anos	Recife (PE)	Rio de Janeiro (RJ), 25/05/2011	Cecília Matos, Desiree Reis e Izabel Silva/UFRJ	36
Josefa Lúcia Siqueira	*	Recife	Recife (PE), 31/10/2011	Mariana de Andrade e Rebecca Batista/UFPE	18

Lilia Maria Pinto Gondin	61 anos	Olinda (PE)	Recife (PE), 31/10/2011	Tasso Araújo e Suzane Araújo/UFPE	45
Magda Maria Belo de Almeida Neves	66 anos	Rio de Janeiro (RJ)	Belo Horizonte (MG), 26/11/2011	Maria Paula Araujo, Izabel Silva e Fernanda Abreu/UFRJ	30
Maria do Amparo Almeida Araújo	*	Palmeira dos Índios (AL)	Recife (PE), 22/11/2011	Suzane Batista Araújo e Raissa Paz/UFPE	39
Maria José Nahas	66 anos	Muriae (MG)	Belo Horizonte (MG), 27/11/2011	Maria Paula Araujo, Izabel Silva e Fernanda Abreu/UFRJ	28
Nilce Azevedo Cardoso	66 anos	Ribeirão Preto (SP)	Porto Alegre (RS), 18/05/2011	Carla Simone Rodeghero/UFRGS	30
Rita Sipahi	74 anos	Fortaleza (CE)	São Paulo (SP), 29/01/2012	Cecília Mattos, Desirree Reis e Izabel Silva/UFRJ	57
Sandra Helena Machado	*	Santo Ângelo (RS)	Porto Alegre (RS), 27/10/2011	Francisco Carvalho Jr., Milene Bobsin, Gabriel Dienstmann e Rosemary F. Brum	19
Vera Vital Brasil	65 anos	Niterói (RJ)	Rio de Janeiro (RJ), 12/09/2011	Helena Rossi, Izabel Silva e Renato Pais	25

\*Dado não informado pela entrevistada

As entrevistas não são temáticas, ou seja, não tratam diretamente do tema ora trabalhado. Tratam-se de entrevistas realizadas na modalidade história de vida, que partem da infância das entrevistadas percorrendo suas trajetórias e priorizando, claro, assuntos relacionados à ditadura civil-militar. As entrevistadas foram questionadas sobre temas relacionados ao início de sua militância, prisão, tortura, exílio, Anistia, organizações de esquerda, enfim, diversos assuntos pertinentes ao entendimento da sua experiência no contexto da ditadura. O desafio desta pesquisa é, portanto, localizar em meio às memórias das entrevistadas aquelas que concernem à sua atuação no Movimento Estudantil, perceber como as depoentes rememoram aquele momento, como o entendem hoje, que importância atribuem a ele e quais passagens destacam como fundamentais. Partindo dos depoimentos, esta pesquisa visa demonstrar que utilizando as memórias das militantes, é possível avançar no entendimento de um dos grupos que compuseram a base da resistência à ditadura civil-militar.

Como já foi dito, metodologia da história oral aparece com um forte potencial para a ampliação do entendimento da história das mulheres e da ditadura civil-militar no Brasil, uma vez que possibilita que se contemplem temas que não eram tão acessíveis com outras fontes, tais como a documentação oficial ou oriundas da imprensa. Verena Alberti (2005), no artigo *Histórias dentro da História* esclarece que, por aproximar o historiador das memórias daqueles

que experimentaram dado momento histórico, a história oral permite que se ampliem as possibilidades de interpretação do passado. A autora pondera, entretanto, que o grande erro a que o/a pesquisador/a pode ser atraído é o de entender que a entrevista já é, por si só, história e não apenas uma fonte que, como todas as fontes, necessita de interpretação e análise. Sobre a subjetividade intrínseca aos testemunhos, Alberti aponta que

Hoje é generalizada a concepção de que fontes escritas também podem ser subjetivas e de que a própria subjetividade pode se constituir em objeto do pensamento científico. Surgiram novos objetos, e os historiadores passaram a se interessar também pela vida cotidiana, pela família, pelos gestos do trabalho, pelos rituais, pelas festas e pelas formas de sociabilidade (ALBERTI, 2005, p. 163)

A autora traça um percurso a ser seguido pelo historiador que venha a trabalhar com fontes orais e comenta que é no campo da história oral e da memória que esta metodologia pode trazer as maiores contribuições, pois

No início, grande parte das críticas que o método sofreu dizia respeito justamente às “distorções” da memória, ao fato de não se poder confiar no relato do entrevistado, carregado de subjetividade. Hoje considera-se que a análise dessas “distorções” pode levar à melhor compreensão dos valores coletivos e das próprias ações de um grupo. É de acordo com o que se pensa que ocorreu no passado que se tomarão determinadas decisões no presente. (ALBERTI, 2005, p.163)

A relação entre história e memória foi muito bem analisada por Ecléa Bosi, em sua obra *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. Embasada em Maurice Halbwachs, Bosi entende que a memória é o trabalho de reconstrução do passado. Utilizando o exemplo de um livro lido por uma pessoa na juventude e do qual ela relembra algumas passagens, Bosi comenta que se o mesmo leitor voltar a ler o livro, provavelmente sentirá alguma decepção ou, quem sabe, outras passagens chamarão mais sua atenção do que as marcaram a leitura do jovem leitor. Ainda sobre este exemplo, a autora indica que

A experiência da releitura é apenas um exemplo, entre muitos, da dificuldade, senão da impossibilidade, de reviver o passado tal e qual; impossibilidade que todo sujeito que lembra tem em comum com o historiador. Para este também se coloca a meta ideal de refazer, no discurso presente, acontecimentos pretéritos, o que, a rigor, exigiria que se tirassem dos túmulos todos os que agiram ou testemunharam os fatos a serem evocados. Posto o limite fatal que o tempo impõe ao historiador, não lhe resta senão reconstruir, no que lhe for possível, a fisionomia dos acontecimentos. Nesse esforço exerce um papel condicionante todo o conjunto de noções presentes que, involuntariamente, nos obriga a avaliar (...) o conteúdo das memórias. (BOSI, 2010, p. 59)

É necessário, também, inserir as entrevistadas nos “quadros sociais da memória”, que ainda segundo Bosi é uma linha de pesquisa na qual

as relações a serem determinadas já não ficarão adstritas ao mundo da pessoa (...), mas perseguirão a realidade interpessoal das instituições sociais. A memória do indivíduo depende do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com

a igreja, com a profissão; enfim, com os grupos de convívio e os grupos de referência peculiares a esse indivíduo. (Ibidem, p. 5)

É impensável, seguindo esta linha de interpretação da memória defendida por Ecléa Bosi, embasada em Halbwachs, analisar a trajetória rememorada pelas entrevistadas descoladas do seu ambiente formador, de suas relações sociais, da escola e da família. Michael Pollak, em seu célebre artigo *Memória, esquecimento, silêncio*, contrapõe Halbwachs no que diz respeito a essa valorização da memória coletiva, da qual o exemplo mais bem acabado seria a memória nacional. Pollak indica que

não se trata mais de lidar com os fatos sociais como coisas, mas de analisar como os fatos sociais se tornam coisas, como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade. Aplicada à memória coletiva, essa abordagem irá se interessar portanto pelos processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e de formalização das memórias. Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõe à “memória oficial”, no caso a memória nacional (POLLAK, 1989, p.4)

Sem rechaçar o entendimento de Halbwachs, buscaremos aqui incorporar a ele a visão de Pollak, de modo a observar as “memórias subterrâneas” levando em conta suas relações familiares e sociais. Por fim, é importante ressaltar que no momento da análise das entrevistas, o/a historiador/a deve ter em mente que a memória é fundamental na formação da identidade, tanto do sujeito, quanto do ou dos grupos que ele pertence. O tema é assim abordado por Pollak:

Em todas as entrevistas sucessivas – no caso de histórias de vida de longa duração – em que a mesma pessoa volta várias vezes a um número restrito de acontecimentos (seja por sua própria iniciativa, seja provocada pelo entrevistador), esse fenômeno pode ser constatado até na entonação. A despeito de variações importantes, encontra-se um núcleo resistente, um fio condutor, uma espécie de *leit-motiv* em cada história de vida. Essas características de todas as histórias de vida sugerem que estas últimas devem ser consideradas como instrumentos de reconstrução da identidade, e não apenas como relatos factuais. (POLLAK, 1989, p. 13)

Essa característica aparece nas entrevistas ora analisadas. Como muitas das entrevistadas viveram na clandestinidade, foram torturadas, perderam amigos ou familiares ou foram para o exílio em virtude da repressão, tornou-se latente a necessidade da denúncia.

Quando se trata de história oral de mulheres é importante ressaltar que o crescimento de ambos os campos resultou em reflexões críticas que “produziram um aparato crítico mais complexo, que levantou questões teóricas sobre memória, significado e representação numa perspectiva de gênero” (SALVATICI, 2005, p. 32).

Atualmente, as principais discussões teóricas acerca da história das mulheres carregam consigo a perspectiva de gênero como categoria de análise. Joan Scott dedica parte de seu artigo

*História das mulheres*, a desconstruir a tradicional interpretação de que enquanto a história das mulheres seria uma abordagem “política”, gênero seria uma categoria científica de análise, despreendida então da carga ideológica que, ainda segundo essa interpretação, a história das mulheres carregaria<sup>3</sup>. Em outro artigo – *Gênero: uma categoria útil de análise histórica* - a autora comenta que a utilização mais simplista do termo “gênero” apenas substitui a palavra “mulheres” e, desse modo, “parece se ajustar à terminologia científica das ciências sociais, dissociando-se, assim, da política (supostamente ruidosa) do feminismo” (SCOTT, 1995, p. 75). Nesse mesmo artigo Scott define que “(1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significação às relações de poder” (Idem, p. 86). Partindo desses pressupostos, o presente trabalho utilizará o gênero quando for apropriado, visando compreender como se colocaram as mulheres na militância estudantil.

A partir das 12 entrevistas que constituem o objeto de pesquisa deste trabalho, procuro observar como é rememorada a infância, a formação anterior à militância destas mulheres e, depois, como se dava sua atuação no movimento estudantil. As informações obtidas a partir das transcrições de entrevistas são o ponto de partida para que sejam respondidas algumas perguntas fundantes desta pesquisa: é possível traçar um perfil das militantes estudantis entrevistadas pelo projeto Marcas da Memória? São oriundas de que classes sociais? De que regiões do país eram estas militantes? Como foram educadas? Como se davam as relações familiares? Quais espaços de sociabilidade frequentavam? Como ingressam na vida pública? Qual o papel do Movimento Estudantil para a inserção destas mulheres no universo da política? Ocuparam posições de liderança em entidades estudantis?

Respondendo a estas questões e analisando seus resultados a partir dos pressupostos teóricos relativos à história das mulheres, história oral, memória e gênero acima citados, desenvolvi dois capítulos. O primeiro se refere à infância e juventude das entrevistadas. Nele, busco semelhanças e diferenças nas memórias das depoentes em assuntos referentes, principalmente, à sua vida familiar, como se referem a suas mães e pais, quais influências são comentadas, em que escolas estudaram, enfim, qual foi sua formação anterior ao Movimento Estudantil.

---

<sup>3</sup> Scott, “História das mulheres”. In: Burke, P., A escrita da História: novas perspectivas. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

No segundo capítulo adentro o universo da militância estudantil de cada uma das entrevistadas. Procuo, em suas memórias, elementos desse momento da resistência à ditadura militar, na intenção de responder como iniciaram essa militância, se passaram por processos de formação teórica, se militaram junto a alguma organização de esquerda, se ocuparam posições de liderança e quais atividades desenvolviam no âmbito no Movimento Estudantil. A forma como cada entrevistada experimentou a militância estudantil também terá espaço nesse capítulo. Que episódios são lembrados? Qual a importância atribuída a esse período de suas vidas para sua formação?

## 2 MEMÓRIAS DE INFÂNCIA: FAMÍLIA E ESCOLA COMO AMBIENTES DE FORMAÇÃO

O movimento estudantil se caracteriza, entre outros fatores, pela juventude de seus militantes. As entrevistadas pelo projeto Marcas da Memória não destoam desta característica; aquelas que em seus relatos comentaram o ano de seu nascimento nasceram entre 1945 e 1948, contando na época de militância com cerca de 20 anos. A juventude intrínseca à militância estudantil resultou, mais tarde, em uma porcentagem muito alta de pessoas jovens processadas pelo regime militar: 41,9% tinham menos de 25 anos - segundo dados do Projeto Brasil: Nunca Mais analisados por Marcelo Ridenti.<sup>4</sup> (2010, p. 250)

A proximidade temporal e, às vezes, a intersecção entre a infância, adolescência e a militância estudantil pôde ser percebida nas narrativas de história de vida ora analisadas. Quando os entrevistadores solicitaram que se apresentassem, todas as entrevistadas, além de seu nome completo e data de nascimento, prosseguiram suas falas – por iniciativa própria ou incentivadas - abordando temas relacionados à sua infância, à constituição familiar, às influências que tiveram nos primeiros anos de formação e à educação formal que tiveram acesso.

Este trabalho não se furtará a contemplar estas experiências, dado o seu potencial de contribuição para o desenvolvimento de um perfil das entrevistadas. A leitura das entrevistas possibilitou observar a origem social das depoentes, as memórias relativas à mãe bastante ligadas ao ambiente privado e à religião, em contraste com aquelas referentes ao pai, mais relacionadas à vida pública e à política. A forte presença de escolas religiosas na educação básica destas mulheres também ficou perceptível, uma vez que sete das doze entrevistadas disseram ter estudado em escolas católicas.

Contemplar estes temas é fundamental quando se trata de um trabalho de história das mulheres. Afinal, é necessário considerar que “o silêncio sobre a história das mulheres advém de sua não participação na arena política, pública e masculina, local exclusivo do poder”

---

<sup>4</sup> É necessário ponderar, entretanto, que quando Ridenti reagrupa os processados de acordo com a ocupação declarada no processo, o índice de estudantes cai para 30%. O autor considera que este número provavelmente seja inferior ao real, uma vez que muitos não se dedicavam ao estudo em tempo integral e podem ter declarado outra ocupação. Ridenti considera que o número de estudantes processados durante a ditadura beirou os 50%, uma vez que “dentre os 4476 processados pelo regime militar, com nível de instrução conhecida, 24,9% (1113 pessoas) tinham curso universitário completo e 30,8% (1378) cursaram parcialmente a universidade. Isto é, 55,7% (2491) dos denunciados pela ditadura perante a Justiça por atividades de oposição tiveram acesso ao ensino superior.”

(COLLING, 1996, p. 17). Nesse sentido, compreender como se deu a formação das doze entrevistadas no âmbito privado, quais foram as tensões e conflitos rememorados por essas mulheres que, no início de sua vida adulta, transgrediram os códigos de gênero da década de 1960 e passaram a ocupar, lado a lado com os homens, o espaço público, historicamente masculino, torna-se fundamental para cumprir-se o objetivo desta pesquisa.

Após a leitura das entrevistas, foi possível delimitar três diferentes perfis, a partir dos quais as entrevistadas foram agrupadas separadamente. No primeiro grupo temos Maria José Nahas, Dulce Pandolfi, Carmem Chames, Rita Sipahi e Maria do Amparo Almeida Araújo. Esse grupo é caracterizado, principalmente, pela forte ligação das depoentes com o campo, uma vez que são, todas elas, filhas ou netas de grandes proprietários de terra. No segundo grupo, formado por Vera Vital, Sandra Helena Machado, Nilce Cardoso, Ana Bursztyn, Lilia Gondin e Magda Neves, encontramos mulheres advindas da classe média ou classe média alta urbana. Por fim, temos Josefa Lúcia Siqueira, cuja história de vida anterior ao ano de 1964 destoou de todas as demais entrevistadas, como veremos adiante. Tendo presente essa classificação, esse capítulo tem por objetivo, primeiramente, a descrição dos relatos das entrevistadas no que se refere à sua infância e adolescência, onde serão observados os temas acima propostos. Em seguida, procuro reunir e problematizar essas memórias, dialogando com autores que contribuem para um entendimento do contexto ora analisado.

## 2.1 MARIA JOSÉ, DULCE, CARMEM, RITA E AMPARO

Maria José Nahas deixou bastante claro que considera sua infância e adolescência em Muriaé, uma pequena cidade na Zona da Mata mineira, importantes para sua conscientização e seu futuro posicionamento político. Neta de fazendeiros, convivia de perto com os trabalhadores do campo e, segundo ela, “essa questão da fazenda, esse contato que você tem com os filhos dos colonos, te aproxima muito da pessoa mais simples, coisa que não acontece com a cidade grande, onde é tudo muito separado. Lá não, era na convivência mais de perto.”<sup>5</sup> Seu pai era médico e, apesar de não ter qualquer envolvimento político, foi a ele que Maria José atribuiu suas primeiras percepções sobre a necessidade de igualdade social. Ela comentou que “a pessoa mais simples da cidade, (...) lá em casa era tratado da mesma forma pelo papai, quem podia

---

<sup>5</sup> Maria José Nahas, entrevistada por Maria Paula Araújo, Izabel Silva e Fernanda Abreu no dia 27 de novembro de 2011, em Belo Horizonte, p. 2.

pagar, quem não podia, era o mesmo tipo de tratamento digno.”<sup>6</sup> Zezé, como é conhecida, contou que recebeu uma educação tradicional: “eu fui educada num colégio de freira. Fiz o curso clássico, porque queria fazer um curso superior”.<sup>7</sup>

Dulce Pandolfi nasceu em Pernambuco em 1948, e assim como Maria José, foi criada em uma família com forte ligação com a terra, como ela mesma conta: “minha mãe era filha de Senhor de Engenho, de uma família muito tradicional, eu tinha um tio que era usineiro em Pernambuco”<sup>8</sup>. O pai, por sua vez, era médico, e é descrito por Dulce como “um intelectual, e minha casa era o centro destas reuniões de intelectuais e naquela época todo intelectual era de esquerda. Podia não ser comunista, podia não ser ligado a nenhum partido, mas todo mundo com estas ideias progressistas.”<sup>9</sup> Dulce comenta também que sua mãe, em virtude da religiosidade, a influenciou no sentido de uma conscientização social. Segundo ela, sua “mãe era muito voltada para estas questões do social, digamos que era uma militante da fé católica [...]”<sup>10</sup>. Seguindo o caminho de uma criação católica de elite, Dulce estudou em um colégio de congregação, bastante conservador. A entrevistada lembrou que já nesta época seus ideais, mais voltados às questões sociais, contrastavam com a ideologia apregoada pela escola. Apoiadora do governo de Miguel Arraes, “andava com um *bottom* dele [Arraes], estudando em um colégio de freiras super tradicional, reacionaríssimo!”<sup>11</sup>

A cearense Rita Sipahi também tinha uma forte ligação com a terra. Ela descreve seu avô como um homem que acabou “virando um latifundiário, na realidade, o meu avô foi comprando terra, terra... Eram dois: ele e o irmão. Essas circunstâncias todas acabaram um centro de poder da UDN [União Democrática Nacional], da direita. Era conservador.”<sup>12</sup> Assim como Maria José Nahas, Rita comenta que a proximidade com os trabalhadores do campo foi determinante para algumas reflexões acerca da desigualdade social já na infância: “essa relação da exploração – não desse jeito – mas essa relação de que se trabalhava o dia todo para ganhar muito pouco e que esse pouco era o insuficiente para as coisas, desde pequena isso me ficava”<sup>13</sup>.

---

<sup>6</sup> Entrevista concedida por Maria José Nahas, p. 3.

<sup>7</sup> Idem, p. 2.

<sup>8</sup> Dulce Pandolfi, entrevistada por Cecília Matos, Desiree Reis e Izabel Silva, no dia 25 de maio de 2011, no Rio de Janeiro, p. 3.

<sup>9</sup> Entrevista concedida por Dulce Pandolfi, p. 3.

<sup>10</sup> Idem, p. 3.

<sup>11</sup> Idem, p. 3.

<sup>12</sup> Rita Sipahi, entrevistada por Cecília Matos, Desiree Reis e Izabel Silva, no dia 29 de janeiro de 2012, sem São Paulo, p. 3.

<sup>13</sup> Entrevista concedida por Rita Sipahi, p. 4.

Ela contou ainda que ela e os primos eram proibidos de visitar os trabalhadores da fazenda, o que faziam às escondidas.

Assim como outras entrevistadas, Rita estudou em colégio católico. Ao falar sobre os anos de ensino secundário, ela comentou que

era um terror porque eu ia para fora de classe porque questionava a questão da Igreja. Por causa do meu pai, eu começava na leitura do evangelho, eu começava a levantar questões e a freira: ‘Fora!’ [risos]. Toda hora eu ia para fora da sala. Tinha essa coisa e eu tinha uma indignação no colégio também das freiras, porque as meninas ricas, isso eu não esqueço nunca, eu participava do grupo de certa forma também, mas eu não era rica como elas eram porque o meu pai não era.<sup>14</sup>

Apesar de o avô materno ser latifundiário, envolvido com setores conservadores da política, sua mãe casou com um imigrante turco, muçulmano, que trabalhava com lapidação de pedras e produção de joias. Assim como Maria José Nahas e Dulce Pandolfi, Rita transitou entre uma família mais conservadora, ligada à terra, e a vida urbana, de classe média.

A pernambucana Carmem Chaves contou que depois de seu avô transferir a administração do engenho da família para os filhos, entre os quais seu pai, ela se aproximou bastante do ambiente rural. Estudou em várias escolas, iniciando em escola pública. Ao comentar sobre sua transferência para uma escola católica, lembrou ter estranhado algumas normas: “quando eu fui para o colégio das Damas eu acho que foi uma marca muito grande porque o negócio da religião foi muito pesado assim, muita coisa ruim, muita coisa era feia, muita coisa era errada, muita coisa era pecado, que era um negócio que era desconhecido essa coisa não é?”<sup>15</sup> Carmem explica que o choque não foi apenas em razão da mudança de escola, mas também porque na casa de sua família, como ela mesmo explica, “não tinha muito negócio de muito pudor”<sup>16</sup>. A entrevistada cresceu em uma família de cinco irmãos, sendo quatro meninas e um menino, por isso mesmo era um “tomando banho, outro na privada, outro escovando o dente (...)”, e ela continua “então era um negócio que não era assim, muito, cheio de pecado, não existia esse nome.”<sup>17</sup>

Por outro lado, ao descrever a casa na qual morava com sua família, Carmem acabou por apontar a presença de um certo “pudor”: ela contou que “as meninas dormiam num quarto com dois beliches e tinha um armário que tinha quatro portas (...) E meu irmão, meu pai e minha mãe dormiam no outro quarto e o terceiro quarto que dava para trás ao lado do banheiro era o

<sup>14</sup> Idem, p. 7.

<sup>15</sup> Carmem Chaves, entrevistada por Rebecca França e Raíssa Paz, no dia 16 de dezembro de 2011, no Recife, p. 12.

<sup>16</sup> Entrevista concedida por Carmem Chaves, p. 11.

<sup>17</sup> Ibidem, p. 11.

gabinete de estudo onde tinha muito livro. (...) Meu irmão dormia lá nesse gabinete às vezes quando papai ia ao engenho.”<sup>18</sup> Por mais que a entrevistada relembre a infância em família como livre, ou “sem muito pudor”, aparentemente havia também um certo controle do filho homem, que era mantido perto do pai e, na ausência deste, afastado das mulheres da casa.

Aluna de colégio católico, Carmem passou dois anos na Europa estudando em escolas da mesma congregação. A experiência no exterior é entendida por ela como uma forma de começar “a ver a relatividade das coisas”<sup>19</sup>. Este entendimento partiu das lembranças de aulas de socorrista que frequentou na Bélgica, nas quais eram dadas lições sobre corpo e educação sexual. Nestas aulas, o padre dizia às alunas que se elas resolvessem ter relações sexuais, deveriam escolher aqueles homens com quem achavam que iriam casar. Essa passagem foi bastante marcante para Carmem, que lembra ter pensado que “lá [no Brasil] um beijo é pecado dependendo do que você sentiu ou não”<sup>20</sup>, enquanto na Europa ter relações sexuais era algo que se cogitava para moças solteiras.

Nascida no interior de Alagoas, Maria do Amparo Almeida Araújo passou a infância e adolescência com os avós, pois seus pais haviam se separado quando ela tinha em torno de três anos. A mãe e os irmãos foram morar em São Paulo. Durante a infância, a entrevistada estudou em escolas públicas, foi alfabetizada em escola de engenho e depois, na cidade de Anádia – AL, cursou o primário. Segundo Amparo, em sua família “sempre tiveram agentes políticos”<sup>21</sup>, pois “nas cidades pequenas todo mundo se envolve em política, na política local.”<sup>22</sup> Quando foi morar em Anádia com os avós e estudar o primário, Amparo rememora que “participava do Movimento Estudantil Secundarista na época” e que este era “um processo encarado com muita naturalidade, era a caminhada natural”<sup>23</sup>. Em 1964, devido a sua militância estudantil, sua família achou prudente transferi-la para um internato. Em virtude disto, Amparo mudou-se para São Paulo, onde seu irmão, que tinha certa participação “nas comunidades estudantis ligadas à Igreja Católica”<sup>24</sup>, conseguiu uma vaga em um colégio na cidade de Mogi Mirim.

---

<sup>18</sup> Ibidem, p. 6.

<sup>19</sup> Ibidem, p. 22.

<sup>20</sup> Ibidem, p. 21.

<sup>21</sup> Maria do Amparo Almeida Araújo, entrevistada por Suzane Batista Araújo e Raissa Paz, no dia 22 de novembro de 2011, em Recife, p. 6.

<sup>22</sup> Entrevista concedida por Amparo Araújo, p. 6.

<sup>23</sup> Idem, p. 4.

<sup>24</sup> Idem, p. 4.

## 2.2 VERA, NILCE, SANDRA, LILIA, MAGDA E ANA

A carioca Vera Vital Brasil nasceu na cidade de Niterói, onde sua família administrava o Instituto Vital Brasil existente até hoje, que na época era vanguarda no desenvolvimento de soros e remédios. Sobre seus pais, Vera comentou que “nunca tiveram nenhum envolvimento político”<sup>25</sup>. Seu avô foi um renomado cientista brasileiro por ser fundador do Instituto Butantã e descobridor do soro antiofídico, e é lembrado por Vera como uma pessoa “muito ética, muito preocupada”<sup>26</sup>. Ela comentou que ele dedicou a patente do soro ao povo brasileiro. A influência do avô marca inclusive sua escolha profissional, uma vez que optou, mais tarde, por cursar Farmácia.

A paulista Nilce Cardoso, considera que sua formação na família influenciou diretamente seu futuro. Filha de mãe e pai educadores, ela conta que “eles sempre foram de luta, sempre foram pela igualdade de direitos, nunca foram achando que um poderia explorar o outro”<sup>27</sup>. Seu pai foi vereador no município de Ribeirão Preto – Nilce não especificou qual era seu partido. Além disso, a religiosidade de sua família também foi importante para a entrevistada, uma vez que foi através da igreja católica que ela iniciou, na universidade, sua militância política.

Sandra Helena Machado, nascida em Santo Ângelo, no interior do Rio Grande do Sul, se limitou a dizer que “tinha uma família estável, meu pai era médico, minha mãe não trabalhava e tive três irmãos. Nós éramos quatro ao total. Foi uma infância boa, sem maiores problemas”<sup>28</sup>. Ela disse que iniciou sua militância ligada à Igreja Católica durante o ensino secundário, como conta: “aos quatorze anos, eu ia com os freis capuchinhos nas vilas para ensinar alguma coisa e para questão do... Eu era da UESA, a UESA é o Movimento Estudantil Secundarista”<sup>29</sup>. Sobre a participação da família na política, Sandra comentou que seu pai era filiado ao PTB.

A mineira Magda Neves, por sua vez, quando indagada sobre sua família, relembrou imediatamente que tinha “um tio que sempre trilhou o caminho da política, que é o Tancredo de Almeida Neves”<sup>30</sup>. A entrevistada contou que “tinha uma admiração muito grande por ele”,

<sup>25</sup> Vera Vital Brasil, entrevistada por Helena Silva, Izabel Rossi e Renato Reis, no dia 12 de setembro de 2011, no Rio de Janeiro, p. 2.

<sup>26</sup> Entrevista concedida por Vera Vital, p. 3.

<sup>27</sup> Nilce Azevedo Cardoso, entrevistada por Carla Simone Rodeghero, no dia 18 de maio de 2011, em Porto Alegre, p. 8.

<sup>28</sup> Sandra Helena Machado, entrevistada por Francisco Carvalho Jr, Gabriel Dienstman, Milene Bobsin e Rosemary F. Brum, no dia 27 de outubro de 2011, em Porto Alegre, p. 3.

<sup>29</sup> Entrevista concedida por Sandra Helena Machado, p. 3.

<sup>30</sup> Magda Neves, entrevistada por Maria Paula Araújo, Izabel Silva e Fernanda Abreu, no dia 26 de novembro de 2011, em Belo Horizonte, p. 3.

mas pondera que “não era o lado que talvez tenha mexido comigo”<sup>31</sup>, pois não tinham muito contato. Já no que diz respeito a seu pai, militar de carreira, Magda diz que “sempre foi um democrata e na época da revolução de 64 ele estava em Juiz de Fora servindo”<sup>32</sup> e, por ter-se oposto ao golpe, foi mantido em prisão domiciliar. As lembranças sobre o posicionamento político do pai são evocadas juntamente com a tensão política que o Brasil viveu no início dos anos sessenta. Ela lembra de, juntamente com o pai, ficar “escutando a rádio de Brizola, a rádio lá do Rio Grande do Sul, a gente ficava assistindo e procurando notícias”<sup>33</sup>. Magda contou ainda que seu pai “foi aposentado compulsoriamente” e fez questão de ressaltar que “em nenhum momento ele compartilhou com a ditadura militar”<sup>34</sup>. Magda estudou em colégio religioso. Sobre esse período, ela relembrou que começou “a participar da juventude estudantil católica, da JEC, e isso me abriu um horizonte de muitas questões, de muito debate”<sup>35</sup>. Segundo ela, no âmbito da Juventude Estudantil Católica “tinha toda aquela discussão da justiça, a justiça na sociedade brasileira e eu carreguei isso muito fortemente, essa coisa da justiça.”<sup>36</sup>

Ana Bursztyn, filha de judeus poloneses radicados no Brasil antes da Segunda Guerra Mundial, nasceu em 1948 e morou na cidade Rio de Janeiro durante toda sua infância e adolescência. Sobre os primeiros anos de sua família no Brasil, ela disse: “éramos quatro filhos e quando meus pais vieram, eles eram pobres, na época do desenvolvimentismo, com muito trabalho, as coisas foram melhorando.”<sup>37</sup> Apesar de a família não ter envolvimento direto com a política, Ana relembrou o pai como uma pessoa politizada, “porque ele discutia muito, tinha uma formação humanista e socialista, assim de maneira geral, então ele já era rapaz quando veio para cá e eu me lembro que desde que eu era pequenininha ele se interessava muito por política, ele lia muito jornal, ouvia muito o rádio”.<sup>38,39</sup>

Criada em um ambiente descrito por ela mesma como um “meio judeu progressista”, Ana estudou o primário em um colégio judeu, cujo diretor, na época, era socialista. Para cursar o ginásio, ela enfrentou algumas tensões no ambiente familiar. Ela queria estudar no Colégio de Aplicação da UFRJ, onde sua irmã já estudava, “mas a minha mãe – que foi uma pessoa

---

<sup>31</sup> Entrevista concedida por Magda Neves, p. 3.

<sup>32</sup> *Idem*, p. 3.

<sup>33</sup> *Idem*, p. 3.

<sup>34</sup> *Idem*, p. 3.

<sup>35</sup> *Idem*, p. 4.

<sup>36</sup> *Ibidem*, p. 4.

<sup>37</sup> Ana Bursztyn, entrevistada por Cecília Matos, Izabel Silva e Maria Paula Nascimento, no dia 7 de julho de 2011, no Rio de Janeiro, p. 3.

<sup>38</sup> Entrevista concedida por Ana Bursztyn, p. 6.

<sup>39</sup> *Idem*, p. 3.

submissa economicamente ao meu pai a vida toda – queria que eu tivesse uma profissão, então queria que eu fizesse o normal”<sup>40</sup>. Em virtude disto, a entrevistada fez as provas de seleção para duas escolas, o Colégio de Aplicação – onde gostaria de estudar - e o Instituto de Educação, onde poderia cursar o normal, como desejava sua mãe. Ela rememorou: “passei no Colégio de Aplicação feliz da vida, mas eu fiquei excedente no Instituto de Educação, devo ter feito alguma coisa errada, as marcas erradas, porque eu não queria ir para o Instituto (risos).”<sup>41</sup> Assim, sem contrariar as vontades da mãe, Ana escolheu onde estudar.

Pouco tempo depois, o Instituto de Educação abriu vagas para os excedentes e, a entrevistada acabou tendo de mudar de escola novamente, o que de rendeu algumas lembranças.

Eu entrei em choque com muitas coisas (risos): era sainha ‘não sei como’, batinha ‘não sei o que’. Frequentemente quando olhava eu via aquela fila bem longe para ver se a gente estava com [...] Corpete! Eu olhava aquilo lá longe, dava uma volta, ia tomar um suco de laranja, entrava no segundo ou terceiro tempo de aula (risos). Porque era escola modelo, então quando o governador Lacerda ia lá, tinha que usar luvinha, então eu matava aula, ficava lendo [...] No ginásio nós não podíamos ler livros nem de escritores brasileiros naturalistas - Machado de Assis, Raul Pompéia - só podíamos ler M. Dely, que era romântico[...]<sup>42</sup>

Quando questionada sobre a influência da família na sua formação política, Lilia Gondin, nascida no Recife em 1950, evocou a memória da figura política de Miguel Arraes, assim como Dulce Pandolfi. O pai, nesse caso, também apareceu como determinante para a aproximação da entrevistada com questões políticas, como podemos perceber quando ela diz que “ele trabalhava na SUDENE na época que quem era o superintendente da SUDENE era Celso Furtado. Então, (...) me lembrar dessa parte na época do governo de Arraes, no primeiro governo de Arraes. Meu pai era (arraizista).”<sup>43</sup> Quanto à mãe, Lilia se limitou a comentar que “minha mãe não [tinha envolvimento político], minha mãe era típico da geração dela, era muito, assim, a opinião dela era a opinião do meu pai”<sup>44</sup>.

Lilia estudou em uma escola católica, e quando lembrou da escola, observou que “como em todo colégio de freira, você vive como se fosse fora da realidade. (...) Na minha época predominava um anticomunismo geral lá, inclusive uma coisa que eu me lembro até hoje era de que nos corredores tinham umas listas de livros comunistas proibidos e as alunas católicas, bonitinhas e arrumadinhas não podiam ler.”<sup>45</sup>

---

<sup>40</sup> Idem, p. 4.

<sup>41</sup> Idem, p. 4.

<sup>42</sup> Ibidem, p. 4.

<sup>43</sup> Lilia Gondin, entrevistada por Tasso Araújo e Suzane Araújo, no dia 31 de outubro de 2011, em Recife, p. 4.

<sup>44</sup> Entrevista concedida por Lilia Gondin, p. 4.

<sup>45</sup> Idem, p. 6.

### 2.3 JOSEFA

Josefa Lúcia Siqueira destoou de grande parte das entrevistadas ao apontar sua mãe como maior influência na sua formação. Josefa é recifense e sobre seu pai explicou que “eu não tive muito contato com ele, pois ele, quando eu tinha dois anos de idade, ele não ficou mais morando com minha mãe, éramos quatro filhas, e aos sete anos ele faleceu”<sup>46</sup>. Ela e suas irmãs foram criadas apenas pela mãe, que a entrevistada descreveu como “uma mulher de fibra por mais que viesse de uma época totalmente diferente da nossa hoje, mas era uma mulher, pode-se dizer sem ela saber, feminista”<sup>47</sup>. Não só a mãe, mas também as irmãs foram apontadas por Josefa como fortes influências durante sua juventude: “porque tinha duas irmãs que eram operárias, na fábrica Othon Bezerra de Melo, e nessa fábrica eu aprendi não só a sobreviver com minhas irmãs, como eu comecei a despertar para o movimento operário.”<sup>48</sup>

Josefa começou a trabalhar com 15 anos, e já nessa época, por influência de sua mãe e irmãs, ingressou no movimento operário. Além de ser a única entrevistada que comentou ter sido fortemente influenciada por figuras femininas na família, foi a única também que iniciou a atividade política tão jovem. Josefa não era oriunda da elite e contou ter estudado “sempre em escola pública, estudei no Colégio Dom Vital, Casa Amarela, fiz todo curso de nível médio lá. Depois eu fui estudar no Colégio Estadual do Recife, para fazer o clássico, e não fiz o vestibular por conta da repressão já desse período.”<sup>49</sup> Estudante de escola pública, operária desde muito jovem, ela teve uma formação bastante diferente das demais entrevistadas.

### 2.4 APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS NAS HISTÓRIAS DE VIDA DAS ENTREVISTADAS

É possível perceber, pela leitura das entrevistas, que a grande maioria delas advém de camadas médias e altas da população. No primeiro grupo predomina a origem na região nordeste, com a exceção de Maria José Nahas, que é mineira. No segundo grupo as entrevistadas não naturais da região sudeste (Ana, Magda, Nilce e Vera), exceto Lilia Gondin, que é pernambucana e Sandra Machado, gaúcha. Por fim, temos Josefa, nordestina. Percebe-se, então, que ao agrupar as entrevistadas de acordo com sua origem socioeconômica, foi mantido

---

<sup>46</sup> Josefa Lúcia Siqueira, entrevistada por Mariana de Andrada e Rebecca Batista, no dia 31 de outubro de 2011, no Recife, p. 3.

<sup>47</sup> Entrevista concedida por Josefa Lúcia Siqueira, p. 3.

<sup>48</sup> Idem, p. 3.

<sup>49</sup> Idem, p. 3.

relativamente coeso também um agrupamento por região, segundo o qual as militantes oriundas de famílias de proprietários de terra vêm sobretudo do nordeste. Ao mesmo tempo, aquelas entrevistadas pertencentes à classe média urbana são, em sua maioria, do sudeste e sul do país.

Outra característica preponderante entre as entrevistadas foi o estudo em colégios religiosos. Das doze entrevistadas, nove falaram sobre as escolas onde estudaram antes da universidade e destas sete frequentaram escolas católicas. Entre as entrevistadas oriundas de famílias proprietárias de terra, vindas sobretudo do nordeste, todas estudaram nestas instituições. A relação da Igreja com a educação de mulheres é abordada por Jane Soares de Almeida e Vera Regina Boschetti, em artigo intitulado *Devotas e instruídas: a educação de meninas e mulheres no Brasil – fragmentos do passado histórico (1846-1930)*. Segundo as autoras, a aliança entre famílias tradicionais e a igreja remonta os tempos da Colônia. Mesmo quando se trata do século XX, a educação católica de mulheres é considerada, pelas autoras, uma manifestação da tríade de sustentação da sociedade brasileira – Deus, Pátria e Família e é entendida da seguinte forma:

As mulheres educadas segundo os postulados católicos levariam o lar cristão a se tornar verdadeiramente fiel à Igreja e disseminariam seus dogmas, numa postura calculada para que fossem as multiplicadoras da mensagem do catolicismo pela sua influência junto aos filhos, maridos [...] cristianizando, assim, toda a sociedade. (Almeida e Boschetti, 2012, p. 229)

Apesar da característica conservadora das instituições católicas, havia possibilidade de contato, por parte das estudantes, com discussões acerca da realidade brasileira e da justiça social. A Juventude Estudantil Católica, JEC, apareceu como determinante na formação de Magda Neves, que comentou que “isso me abriu um horizonte de muitas questões, de muito debate”. A juventude católica também foi importante para Josefa Lúcia Siqueira que, tendo sido operária deste os 15 anos, participou ativamente do movimento estudantil secundarista e da Juventude Operária Católica. Como ela comenta, “através do sindicato nós conhecemos a Juventude Operária Cristã [sic], que era chamada JOC.” Foi a partir desses grupos de juventude católica que as moças puderam entrar em contato com discussões acerca da justiça social na sociedade brasileira. Foi também nesse âmbito que Sandra Helena Machado iniciou seu contato com os problemas sociais do país, como ela disse: “ia com os freis capuchinhos nas vilas para ensinar alguma coisa”. Percebemos que a religião era um importante espaço de sociabilidade e, também, de conscientização social para as moças nas décadas de 1950 e 1960. Essa constatação é corroborada pela análise de Gianordoli-Nascimento, em seu estudo sobre militantes estudantis do estado do Espírito Santo durante a ditadura civil-militar, segundo o qual

A criação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) possibilitou uma forma de organização que trouxe a participação de milhares de homens e, principalmente, mulheres (em geral distantes da ação política), constituindo-se uma extraordinária experiência de conscientização das pessoas quanto à possibilidade de resolverem seus problemas cotidianos vitais. A participação conjunta dos jovens estudantes, trabalhadores e donas de casa em entidades cristãs politizadas contribuiu para a socialização da prática política. (GIANORDOLI-NASCIMENTO, 2012, p. 260)

De acordo com Almeida e Boscheti, no início do século XX os cursos normalistas também ganharam espaço na educação feminina e, por consequência, a profissão de professora passou a ser uma carreira socialmente aceitável para mulheres. Pudemos ver no depoimento de Ana Bursztyn que ainda nas décadas de 1950 e 1960, a profissão de professora primária era vista como a principal possibilidade de trabalho para as moças da classe média. Essa característica se acentuou principalmente depois do Estado Novo (1937-1945), com a ampliação do acesso à educação alcançada naquele período. A partir daí

As mulheres passaram a se fazer cada vez mais presentes na instituição normalista e a procuravam para obter conhecimentos, preparo para a vida no lar e também ter uma profissão que lhes permitisse sobreviver com seu próprio rendimento. (ALMEIDA & BOSCHETI, 2012, p. 232)

Apesar disso, a partir do testemunho de Ana, pôde-se constatar que ela procurou não seguir o caminho que sua mãe julgava ser o melhor, uma vez que ao intencionalmente não ter um bom desempenho na seleção para o curso normal, contrariou as expectativas de sua mãe. Essa questão é analisada por Gianordoli-Nascimento (2012), quando aponta que

O embate geracional entre pais e filhos [...] aparece, por exemplo, quando um rapaz ou uma moça decide não seguir as carreiras esperadas, iniciando um conflito de interesses que exige estratégias e barganhas nas negociações familiares, possibilitando que códigos e valores sejam revistos e alterados. (GIANORDOLI-NASCIMENTO, 2012, p.237)

Os códigos e valores eram, no caso das mulheres, disseminados nas instituições voltadas ao ensino de mulheres (escolas religiosas e cursos normalistas). A partir dos testemunhos percebemos que poucas foram as entrevistadas que não cursaram a educação básica em escolas deste tipo, ou seja, foram educadas em instituições que visavam, principalmente, perpetuar a hierarquia de gênero vigente, na qual à mulher era reservado o espaço da família, e da fé católica e, como última alternativa, o da escola.

Nesse sentido, chama atenção a referência das entrevistadas às suas mães, quase sempre ligada justamente ao ambiente do lar e da religião. Lilia Gondim disse que sua mãe era o tipo “típico da geração dela”, sendo sempre submissa ao marido. Este é também o caso de Ana Bursztyn, que comentou que sua mãe sempre foi “submissa economicamente” ao seu pai.

Sandra Helena Machado, apesar de não falar muito sobre o assunto, contou que teve “uma família estável” na qual sua “mãe não trabalhava”. Dulce Pandolfi, por sua vez, apontou sua mãe como uma importante influência para sua conscientização social, porém ligada ao catolicismo, descrevendo-a como uma “militante da fé católica”.

É possível perceber pelas entrevistas que as depoentes acreditam que há diferenças entre si e suas mães. Principalmente quando Lilia Gondim diz que a geração da mãe era submissa ao marido, ela parece interpretar que a sua, por outro lado, não é. O comentário de Ana Bursztyn, por sua vez, aponta para a submissão econômica, o que a entrevistada relaciona diretamente com a pressão de sua mãe para que estudasse em uma instituição normalista, o que resultaria em uma profissão através da qual Ana não precisaria depender de ninguém para sobreviver.

Não são, entretanto, todas as entrevistadas que se referem à mãe. Seis delas, na realidade, não o fazem. Apesar de o Projeto Marcas da Memória se propor a abordar a história da vida das entrevistadas, estas por já saberem de antemão que os temas que despertavam maior interesse dos entrevistadores eram aqueles relacionados à ditadura (sua militância, exílio, tortura e anistia) podem ter priorizado, ao falar de sua infância, temas relacionados à vida pública. As referências aos pais, portanto, são mais recorrentes que as referências às mães.

Quando falaram de seus pais, elas referiram-se frequentemente à vida profissional e às preferências políticas. Assim, a partir dos testemunhos, podemos identificar a profissão de praticamente todos os pais das entrevistadas, bem como quais eram seus posicionamentos políticos. Temos, por exemplo, o pai de Rita Sipahi que trabalhava com joias, o pai de Magda Neves que era militar, o pai de Maria José Nahas que era médico e assim por diante. Quando falamos das mães, entretanto, apenas Nilce Cardoso comenta que sua mãe tinha um emprego, era professora. Fica claro que, de modo geral, as entrevistadas foram criadas em ambientes onde o espaço privado era reservado às mulheres e o público, em contrapartida, pertencia aos homens. Carla Simone Rodeghero e Isabela Berté (2012) exploram essa questão no artigo *A ditadura “dentro de casa”: experiências de militância e de perseguição entre a política e a vida doméstica*. Segundo as autoras “

na medida em que os papéis de gênero passaram a ser interpretados como construção social, as relações familiares começaram a ser encaradas como indicativas de poderes e de hierarquias que se produzem em relação ao espaço público. (RODEGHERO; BERTÉ, 2012, p. 180).

Nesse sentido é perceptível que no caso das doze entrevistadas cuja história de vida é analisada neste trabalho, há uma certa recorrência de menções aos pais como partidários de

João Goulart ou do regime democrático. No caso de Lilia Gondin e Dulce Pandolfi, as menções à Miguel Arraes indicam o posicionamento político menos conservador. Magda Neves, quando contou que ouvia “a rádio do Brizola” com seu pai, fez alusão à Rede da Legalidade, fundamental para evitar o golpe civil-militar em 1961.

Nesse capítulo, apresentamos as mulheres entrevistadas em suas relações familiares, destacando a região e classe social a que pertenciam. Atentamos, também, para a importância das escolas católicas, para a forma como mães e pais foram representados pelas mulheres. Nossa intenção com isso foi analisar as memórias das entrevistadas no que se refere à sua formação anterior ao período de militância estudantil, de modo a possibilitar uma compreensão mais ampla das continuidades ou descontinuidades em seus valores e consciência política em relação ao tema tratado no capítulo seguinte, sua agência enquanto militantes do Movimento Estudantil.

### 3 MOVIMENTO ESTUDANTIL (1964-1969): PRESENÇA E AGÊNCIA FEMININA

O presente capítulo é focado na atuação estudantil das doze entrevistadas do Projeto Marcas da Memória que militaram em escolas e universidades brasileiras nos primeiros quatro anos da ditadura civil-militar. As mulheres contavam, quando iniciaram sua militância, com idades entre treze e vinte anos. Ou seja, trato aqui de pessoas muito jovens. As entrevistas, por sua vez, foram realizadas no ano de 2011 – com a exceção da entrevista de Rita Sipahi, que aconteceu em janeiro de 2012. Mais de quarenta anos separam as entrevistadas das experiências rememoradas.

Para além de interpretações generalizantes sobre a militância estudantil, os testemunhos trazem a possibilidade de um entendimento mais sólido de como se iniciava a militância, que atividades eram desenvolvidas, quais organizações de esquerda estavam presentes no dia a dia da política estudantil, qual foi a importância dessa atuação política para a vida das militantes.

Por se tratar de um estudo que utiliza como fontes apenas entrevistas de mulheres, o trabalho cumpre também o papel de demonstrar que, ao contrário do que se veicula ainda hoje nos livros didáticos de história<sup>50</sup>, havia sim mulheres lutando lado a lado com os homens também no Movimento Estudantil.

Quando relataram suas experiências familiares, ao falarem do Movimento Estudantil, muitas vezes as entrevistadas ultrapassaram a simples narrativa de fatos e interpretaram acontecimentos, analisaram os fatos. Esses são os trechos mais ricos das entrevistas, uma vez que neles é possível perceber a significação atribuída pelas depoentes aos anos de militância estudantil. Por ser tratar de doze histórias de vida diferentes, as narrativas são bastante variadas, bem como as interpretações sobre o tema deste trabalho.

Ficou perceptível, principalmente, que enquanto algumas entrevistadas valorizaram bastante a militância estudantil – oferecendo detalhes tanto de suas experiências quanto do Movimento Estudantil em si, contando episódios que as marcaram -, outras se limitaram a informar onde haviam militado, em que ano, ligadas a qual organização. O silenciamento sobre o assunto também será analisado no decorrer do capítulo, uma vez que, como se sabe, a memória é composta de lembrança e de esquecimento.

Alguns temas foram recorrentes nos testemunhos, tais como o ano de 1968, o congresso de Ibiúna, passeatas, prisões e a repressão. A importância do Movimento Estudantil para a

---

<sup>50</sup> MACHADO, op. cit., p.3.

formação política também foi ressaltada por grande parte das entrevistadas. Este capítulo busca, portanto, demonstrar a agência de mulheres no Movimento Estudantil durante a ditadura civil-militar e está organizado em duas grandes partes: na primeira apresento as memórias de militância de cada uma das entrevistadas e, na segunda, busco problematizar a militância feminina no Movimento Estudantil a partir das experiências das mulheres.

### 3.1 A MILITÂNCIA DE DOZE MULHERES NO MOVIMENTO ESTUDANTIL (1964-1969)

#### **Lilia**

Lilia Gondin militou entre 1964 e 1968 no movimento estudantil secundarista. Ela entrou no ginásio em 1966, no Colégio Estadual do Recife. A entrevistada mudou de escola para cursar o ginásio, “que lá [no Colégio Estadual] eu queria fazer científico, pois eu queria fazer medicina e lá [na escola anterior] só tinha magistério”<sup>51</sup>. A mudança de escola já apresenta a Lilia uma realidade que ela contou não conhecer anteriormente:

comecei a ter contato com a realidade de verdade. Tinha pessoas que estudavam comigo que moravam na favela, tinha uma menina que estudava comigo que, ela e a irmã, ela estudava de tarde e a irmã de manhã, e só tinha um sapato para as duas, uma tinha que esperar a outra chegar para passar o sapato e voltar para escola, entendeu? [...] tinha colega minha que às vezes desmaiava na sala, porque não tinha comido. Então, eu comecei a ter contato mais de perto, realmente, com a vida, de como é, o quê que acontece, como é que é, e também comecei a ter contato com o pessoal do Grêmio Estudantil<sup>52</sup>

O início de sua atuação no Movimento Estudantil foi facilitado pelo fato de já haver, em sua turma, duas meninas que participavam do grêmio da escola. Lilia disse que ficou “muito próxima delas até por que as duas moravam em Olinda também, às vezes íamos e voltávamos juntas para casa.”<sup>53</sup> A entrevistada relatou que já

[...] na primeira eleição do Grêmio que teve depois que eu cheguei, eu comecei a participar. Participei da chapa, participei da diretoria do Grêmio, aí comecei a participar com elas, assim, de entrar em sala de aula para falar dos problemas que tinham na escola, até comecei a fazer o trabalho do Movimento Estudantil dentro da escola ainda, muito ligada às coisas específicas dentro da escola.<sup>54</sup>

Sua militância inicia, portanto, muito parecida com a de Amparo Araújo, que conheceremos adiante, voltada exclusivamente às causas estudantis. Lilia seguiu contando que

<sup>51</sup> Entrevista concedida por Lilia Gondin, p. 8.

<sup>52</sup> Idem, p.8.

<sup>53</sup> Ibidem, p. 9.

<sup>54</sup> Idem, p. 8.

foi se entrosando mais e começou a “participar das coisas fora da escola também, de reuniões fora da escola me ligando mais ao pessoal de AP.”<sup>55</sup> O fato de as reivindicações dos alunos serem voltadas aos problemas da educação não evitava que houvesse repressão. Ela comentou a existência de uma “cabra repressora” que

a secretária da escola criava essa cabra presa, [...] toda vez que tinha alguma assembleia que todo mundo estava junto e a gente estava falando, a secretária da escola soltava essa cabra, e a cabra corria e o povo todo corria. Isso para desarticular a manifestação.<sup>56</sup>

Lilia ponderou que não havia apenas repressão na escola, mas que muitos professores eram favoráveis ao Movimento. Segundo ela, “tinha muitos professores que apoiavam, ajudavam, inclusive ajudava a gente, assim, quando a gente ia redigir panfleto”<sup>57</sup>

A entrevistada contou também que sempre gostou de ler, mas foi quando entrou no Movimento Estudantil que se aproximou da literatura política, como relatou ao dizer que

o primeiro livro que me marcou muito foi Subterrâneo da Liberdade, de Jorge Amado, em que ele contava aquele período de Vargas e o embate com o Partido Comunista Brasileiro[...]. Esse livro eu li assim, devorei, ele era quase como um marco para as pessoas que entravam no Movimento Estudantil. Então, a partir daí, eu comecei também a ler livros de textos políticos. [...] um livrinho vermelho de Mao Tse Tung, chamado Citações de Mao Tse Tung [...]. Então, a gente lia muito esses livros, lia muito também sobre o Vietnã, livros de economia política, livros que ajudavam a ler O Capital, entendeu?<sup>58</sup>

Lilia contou que conseguia esses livros em uma livraria de Recife, mas que era sabido que eles poderiam incriminá-la. Tanto que, numa das vezes que não voltou pra casa com medo da polícia, sua mãe “pegou [os] livros e jogou fora”<sup>59</sup>. Lilia comentou ainda que estes livros nunca eram lidos de forma solitária, eram sempre discutidos com os colegas. Isso, em sua opinião, possibilitou um amadurecimento político que resultou em um entendimento crítico da sociedade. Ela disse entender que a soma da militância estudantil com esses estudos culminou na compreensão de que os problemas da escola eram resultado do “sistema educacional que, por sua vez, era ligado ao regime de governo”.<sup>60</sup>

---

<sup>55</sup> Idem, p.9.

<sup>56</sup> Ibidem, p. 9.

<sup>57</sup> Ibidem, p. 9.

<sup>58</sup> Ibidem, p. 10.

<sup>59</sup> Ibidem, p. 9.

<sup>60</sup> Ibidem, p. 10.

A militância “fora da escola”, nas palavras de Lilia, iniciou em 1968, “com aquelas grandes manifestações que aconteceram no mundo todo”<sup>61</sup>. Foi também nesse ano que ela se aproximou “do pessoal de [sic] AP e comecei a ter acesso também a documentos partidários [...], de análise da conjuntura do ponto de vista da AP”<sup>62</sup>. A entrevistada ponderou que quem se aproximava da Ação Popular não iniciava imediatamente a militância orgânica. Primeiramente passava por um estágio que ela interpreta como o “*hall* de entrada” da organização, que era a OPP (Organização Parapartidária).. Ela disse haver “a OPP estudantil, a OPP operária, [que eram para] pessoas que estavam para entrar no partido”.<sup>63</sup> A Organização Para Partidária tinha a função de preparar os membros da organização e, segundo Lilia, nesse momento “você é como se fosse um estudante, você ali estava estudando, estava aprendendo, estava se testando para ver se você tinha [...] a força ideológica para dizer: “Não, ali eu fui e ali eu posso até morrer. O caminho é esse”.<sup>64</sup>

No final de 1968, Lilia foi escolhida entre outros e outras colegas para representar Pernambuco no congresso ilegal da UBES (União Brasileira de Estudantes Secundaristas), que ocorreria na Bahia. Durante a viagem entre Pernambuco e a Bahia, que ocorria na noite de 13 de dezembro, saiu o Ato Insitucional nº5, que, segundo a entrevistada “pegou muita gente, muita gente foi pega no caminho”.<sup>65</sup>

Lilia fez algumas interpretações interessantes sobre o Movimento Estudantil na década de 1960. De acordo com ela, “até começo de sessenta e oito, os estudantes eram sempre vistos como os bagunceiros, que iam para as ruas, só faziam barulho, balburdia, que criavam problemas”<sup>66</sup>. A partir de março de 1968, com o assassinato de Edson Luís de Lima Souto durante uma manifestação no restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro, ela interpreta que houve uma mudança da visão da população em geral sobre o Movimento.

Por fim, Lilia comentou que enfrentou resistência tanto em casa quanto na escola para seguir militando. Sua família, em virtude da prisão de seu pai logo após o golpe, em 1964, “por conta do medo que se instalou”<sup>67</sup>, passou a não dar-lhe dinheiro para passagens de ônibus, de modo que ela ficou por alguns dias presa em casa. A entrevistada relatou que esse período

---

<sup>61</sup> Ibidem, p. 11.

<sup>62</sup> Ibidem, p. 12.

<sup>63</sup> Ibidem, p. 12.

<sup>64</sup> Ibidem, p. 12.

<sup>65</sup> Ibidem, p. 13.

<sup>66</sup> Ibidem, p. 14.

<sup>67</sup> Ibidem, p. 15.

coincidiu com um inquérito que foi instaurado em sua escola e que culminou em quinze dias de suspensão para ela e alguns colegas. A solução para esse problema foi a fuga:

Eu fugi de casa, minha mãe tinha saído, meu pai estava no banheiro, aí eu pulei a janela fugindo para a casa da minha amiga Ana Lúcia e lá eu vesti a roupa dela e fiquei com a roupa dela. Deixei um bilhete em casa dizendo que minha opção era essa, que eu queria fazer Movimento Estudantil e que eu não iria ficar presa em casa.<sup>68</sup>

Na escola, além das suspensões, os militantes estudantis foram ameaçados de expulsão. Mais tarde Lilia soube que um documento “circulou em todas as escolas, eu tenho uma cópia dele, que proibia sete secundaristas de se maticularem em qualquer escola de ensino público em Pernambuco”.<sup>69</sup> Ela era uma das sete.

Em 1969, ou seja, após o AI-5, Lilia foi presa quando participava de uma pichação. Sobre esse dia, relatou que

“Eram dois grupos de cinco e a gente ficava na parada de ônibus, [...] era uma parada muito movimentada ali, e quando o ônibus parava a gente pegava o spray e pichava no ônibus: "Fora Rockefeller!", "Abaixo a ditadura!", "Abaixo o imperialismo!" E o ônibus circulava por toda cidade. Então, a visibilidade era muito maior do que você pichar uma parede fixa. Quando a gente estava pichando o ônibus, desceu um policial armado, de dentro do ônibus.”<sup>70</sup>

Os grupos tentaram fugir, mas acabaram sendo capturados e levados ao DOPS. Sobre a prisão, ela relatou que “ninguém foi torturado fisicamente [...]. Então, a tortura era psicológica, e era muito, assim, havia muita agressão [...], palavrões, chamavam a gente de prostitutas [...]. Perguntavam pelos homens da gente”.<sup>71</sup> Seus pais, então, foram avisados pelo Movimento Estudantil. Apesar de não poderem visitar a filha, tomaram providências como, por exemplo, queimar todos os livros e documentos que Lilia tinha em casa. A estudante passou seis dias no DOPS e depois foi enviada ao Presídio Bom Pastor, onde passou mais um mês.

Em 1972 Lilia entrou na Universidade e no segundo semestre do mesmo ano engravidou. Aos dois meses de gravidez ela foi presa novamente e sofreu tortura física: pancadas – sobretudo na barriga – e choques elétricos. Ela mesma comentou: “por milagre não abortei”.<sup>72</sup> Lilia foi solta depois de contar a um de seus torturadores que era sobrinha de um militar. Quando questionada se havia militado nos anos de faculdade, ela disse que deixou de

---

<sup>68</sup> Ibidem, p. 15.

<sup>69</sup> Ibidem, p. 19.

<sup>70</sup> Ibidem, p. 21.

<sup>71</sup> Ibidem, p. 21.

<sup>72</sup> Ibidem, p. 28.

militar, “mas o motivo não foi a família, não foi nada disso, foi a repressão mesmo, que era um momento que ninguém podia fazer nada”.<sup>73</sup>

### **Sandra**

Sandra Helena Machado relatou que participava do Movimento Estudantil Secundarista em sua cidade natal, Santo Ângelo, no interior do Rio Grande do Sul. Sua militância mais voltada para a resistência à ditadura, entretanto, acontece em Porto Alegre, a partir de 1965, quando ingressa no curso de Filosofia da PUCRS. Ela relatou que militou “no movimento estudantil ligado à UFRGS. E aqui em Porto Alegre eu já era de um partido trotskista [...]”. A entrevistada foi lembrada pelos entrevistadores do nome do partido – Fração Bolchevique Trotskista (FTB).<sup>74</sup>

Em 1969, Sandra foi presa quando fazia uma pichação, assim como Lília Gondin. Ela contou:

eu fui pichar “Fora Rockfeller” na PUCRS, com o meu ex-marido e com mais três pessoas. E nesse ínterim passaram dois PMs que começaram a atirar. Eu fui pular o muro e não consegui, aí me prenderam e prenderam ele também, e os outros dois fugiram.<sup>75</sup>

Sandra, que relatou não ter sofrido torturas, passou quinze dias presa nas dependências do DOPS, em Porto Alegre, sendo depois enviada para prisão domiciliar, na qual passou mais duas semanas. A perseguição continuou, seus irmãos foram presos e Sandra foi enquadrada na Lei de Segurança Nacional. Foi absolvida, segundo relatou, devido à interferência de sua mãe e do pai do seu ex-marido, que ela alega que era muito influente em Porto Alegre nos anos 60. Ela exilou-se no Chile em 1970.

### **Magda**

Magda Neves entrou na universidade em 1964. Optou por fazer Serviço Social, em suas palavras “porque o curso de Ciências Sociais ainda não existia lá em [Juiz de Fora] e [...] queria algum curso que tivesse voltado para as questões sociais”.<sup>76</sup> No ensino secundário, Magda participava da JEC. Então, seguindo o caminho natural da militância estudantil ligada às ações católicas, na universidade passou a atuar junto à JUC. Participava ativamente do Diretório Acadêmico de seu curso, tendo sido presidente do mesmo.

---

<sup>73</sup> Ibidem, p. 34.

<sup>74</sup> Entrevista concedida por Sandra Machado, p. 5.

<sup>75</sup> Idem, p. 6-7.

<sup>76</sup> Entrevista concedida por Magda Neves, p. 4.

Sobre suas atividades de militante estudantil, ela contou: “participava em todas as manifestações em Juiz de Fora, nas ruas, contra ditadura”.<sup>77</sup> Sobre a repressão nas manifestações de rua, ela relatou que “ainda tinha manifestações de rua mesmo que controlada, mesmo que os guardas fossem atrás da gente, a polícia etc. a gente tinha ainda possibilidade de fazer manifestações”.<sup>78</sup> Foi liderança também no Diretório Central de Estudantes (DCE), tendo sido bastante cotada a representar sua universidade no congresso de Ibiúna, mas acabou sendo trocada por um estudante mais jovem na universidade, pois o evento ocorreu no ano de sua formatura e, como ela, disse optou-se por um estudante que “teria continuidade no movimento estudantil”.<sup>79</sup>

Sua família, ao contrário daquela de Lilia Gondin, por exemplo, não se opunha à sua militância. Segundo Magda, quando da prisão dos estudantes em Ibiúna, ela e seus colegas se mobilizaram – fazendo pedágios -, para arrecadar fundos para ajudar os presos. Seu pai a viu na rua e, como contou a entrevistada, disse “olha minha filha, toma cuidado porque a coisa tá ficando difícil, a ditadura vai endurecer. Você toma cuidado.”<sup>80</sup>

Sobre sua militância após o tempo da universidade, Magda contou:

eu nunca participei de partido político, eu nunca entrei numa organização de esquerda. Só nos movimentos sociais, a minha vinculação. Eu fui sempre militante de esquerda, vamos dizer assim, nessa coisa dos movimentos sociais, mas eu nunca me vi fechada dentro de um partido de esquerda.<sup>81</sup>

Magda é, portanto, uma das entrevistadas ora analisadas cuja militância na resistência à ditadura se deu apenas no Movimento Estudantil, não tendo seguido, após o AI-5, para as organizações clandestinas de esquerda.

## Vera

A carioca Vera Vital foi uma das entrevistadas que menos atribuiu à família influências na sua formação política. Em contrapartida, ela foi a que mais valorizou o Movimento Estudantil nesse sentido, colocando que

Na verdade foi a universidade que abriu o campo de um pensamento crítico, a partir do movimento estudantil, sobre a realidade brasileira, porque até então eu não tive acesso a nenhuma percepção crítica da realidade; eu estava mergulhada numa maneira

---

<sup>77</sup> Idem, p. 4.

<sup>78</sup> Idem, p. 4.

<sup>79</sup> Idem, p. 4.

<sup>80</sup> Idem, p. 4.

<sup>81</sup> Idem, p. 6.

de viver, de pensar e de agir que era, digamos, acrítica em relação à realidade e à problemática social e política. Então foi na universidade, militando no movimento estudantil, que eu entrei em contato com essa dimensão.<sup>82</sup>

Vera Vital ingressou no curso de Farmácia da Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1967. Segundo ela, os alunos da sua faculdade não eram muito engajados no Movimento Estudantil, mas a partir de 1967 e 1968, passa a ter mais presença nas lutas estudantis, pois, como relatou, “já havia uma franca ebulição do movimento estudantil, do movimento universitário”<sup>83</sup>

Ela contou que já em 1967 passou a fazer parte do Diretório Acadêmico do curso de Farmácia, somando-se “à luta por melhores condições de ensino, à luta dos vestibulandos”.<sup>84</sup> A luta dos vestibulandos a que Vera se refere era a luta dos “excedentes”, ou seja, aqueles que atingiam a nota de corte e não conseguiam ingressar na Universidade por falta de vagas.<sup>85</sup> Segundo Vera, “eles [os vestibulandos] estavam muito presentes no dia-a-dia do campus universitário ali da Praia Vermelha, onde nós tínhamos o nosso diretório”<sup>86</sup>

Sua participação no Diretório Acadêmico, entretanto, durou pouco tempo devido ao aumento da repressão. Por isso, a entrevistada vinculou-se “a uma organização de esquerda, onde o debate pelas melhores condições de ensino e o debate sobre a conjuntura nacional levavam a um enfrentamento maior, em que a luta armada já estava sendo colocada como alternativa na organização [...], que foi o PCBR [Partido Comunista Revolucionário Brasileiro].”<sup>87</sup>

Assim como Lilia Gondin, militante da AP, Vera também relatou ter participado da OPP da organização. Sua interpretação da Organização Parapartidária, entretanto, diverge da de Lilia. Enquanto esta interpretou a OPP como um *hall* de entrada da organização propriamente dita, Vera colocou que não chegou a ser “uma militante do PCBR, digamos assim, do ponto de vista do que se chamava de militante, e sim, [...] da *periferia* da organização.”<sup>88</sup>

Depois do AI-5 Vera continuou estudando e militando e, assim como outras entrevistadas, foi presa em 1969. Sobre sua prisão ela relatou que

foi no dia 23 de dezembro de 1969, na véspera de Natal, e eu estava indo para me encontrar com os meus pais e minha família no interior de Minas, onde a gente se

<sup>82</sup> Entrevista concedida por Vera Vital, p. 8.

<sup>83</sup> *Idem*, p. 3.

<sup>84</sup> *Idem*, p. 3.

<sup>85</sup> MARTINS FILHO, 1987, p. 105-109.

<sup>86</sup> *Idem*, p. 3.

<sup>87</sup> *Ibidem*, p. 3.

<sup>88</sup> *Ibidem*, p. 3.

reúne todos os anos. Nessa ocasião, então, eu fiquei na PE [Polícia do Exército] e eles estavam montando toda a parafernália de tortura lá na PE; foi o início, então, de toda a tecnologia de terror dentro lá da PE e aí eu fiquei lá até final de março de 1970.<sup>89</sup>

Sobre o tempo que estive na prisão, Vera relatou alguns episódios importantes como, por exemplo, de ter sido torturada, apesar de não ter entrado em detalhes sobre esse assunto. Além disso, ela contou ter continuado estudando. Durante os meses em que estive encarcerada, ela foi levada à Universidade para fazer uma prova e, depois, para colar grau. Sobre isso, ela disse achar “que isso foi bastante raro na época, mas isso aconteceu”<sup>90</sup>. A entrevistada relatou ainda que o major que a levou à Universidade na ocasião da colação de grau, a convidou para comemorar e a levou para

um lugar na Barra da Tijuca que eu não saberia localizar mais porque já mudou muito de lá para cá, que era um lugar onde havia um restaurante e uma dança e a intenção dele era a de que eu fosse para a cama com ele, essa era a intenção desse sujeito, e na ida ele me ameaçou, ele disse: “Você não tente fugir porque se você fugir eu atiro em você!” Era um jipe meio aberto e eu me lembro que a gente subiu, devia ser ali aquela estrada Grajaú, porque havia floresta, e ele realmente tentou me impedir de qualquer iniciativa de fuga, nós fomos para lá, mas eu não topei a parada [...] Felizmente eu tive uma presença de espírito e dei um chega para lá nele e ele recuou; aí então a gente foi para a PE. E na minha saída, eles me fizeram assinar documentações dizendo que nada tinha acontecido comigo, eu assinei para sair!<sup>91</sup>

Vera foi libertada em março de 1970 e, como narrou, “um mês depois, eu fui para o Chile de forma semiclandestina [sic]”.<sup>92</sup> Vera jamais participou de ações armadas, tendo sido apenas militante estudantil. Isso não evitou que ela sofresse com a prisão e os horrores da tortura.

## Ana

Colega de faculdade e de militância estudantil de Vera Vital, Ana Bursztyn também ingressou na Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1967. Sobre a faculdade de Farmácia, Ana relatou que era “muito pequenininha, muito conservadora”<sup>93</sup>. Para ilustrar essa observação, a entrevistada relatou que, no primeiro dia de aula foi de calças compridas e gerou polêmica: “Aí eu falei: “O que foi?”. E eles disseram: “O diretor não vai gostar. Nós temos uma lei que

<sup>89</sup> Ibidem, p. 5.

<sup>90</sup> Ibidem, p. 9.

<sup>91</sup> Ibidem, p. 9-10.

<sup>92</sup> Ibidem, p. 5.

<sup>93</sup> Entrevista concedida por Ana Bursztyn, p. 7.

proíbe. Ninguém usa, ele não vai gostar!” Era uma coisa arcaica sabe? Era como se fosse o nosso paizinho”.<sup>94</sup>

Segundo Ana, essa postura do diretor da faculdade contrastava com as discussões que permeavam a juventude naqueles anos, que estava “em plena ebulição social, cultural, política [...]”<sup>95</sup>. A entrevistada relatou mudanças de costumes que ocorriam na década de 1960: “se começa a discutir pílula, costumes, se você podia transar antes de casar ou não, o que era o noivado, sair de casa ou não, o que significava isto, se você transasse você seria galinha ou puta ou não, se você podia transar por amor”.<sup>96</sup> Permeando todas essas mudanças, havia, nas palavras de Ana, a discussão das “formas de organização para tentar resistir à ditadura e resistir ao modelo econômico que estava em vias de ser implantado”.<sup>97</sup>

A entrevistada, que tinha contato com o Centro Popular de Cultura da UNE antes mesmo de ser universitária, relatou que assim que chegou à faculdade pensou “Opa, é comigo mesmo. Cadê? Onde está, onde é o diretório?”<sup>98</sup>, demonstrando que ansiava por militar no Movimento Estudantil. Sobre suas atividades de militância, ela relatou:

eu gostava muito de trabalhar com a informação, eu trabalhei muito com a informação. Eu comprava assim uns rolos de papel de presente e colocava assim na escadaria para mostrar, por exemplo, para o nosso campus que havia as lutas específicas e existiam as lutas gerais, então a desnacionalização da indústria farmacêutica, com números e tal, já em 68 nós começamos a nos mobilizar mais com outros atores e a fazer manifestações de rua.<sup>99</sup>

Entre as atividades descritas como “de informação”, havia também as pichações. Sobre isso, a entrevistada rememorou o seguinte episódio: “a gente saiu uma vez de noitinha e eu pichei ali, era prateada, gente ficou tão lindo! [a entrevistada riu] Fora FMI, fora abaixo o Imperialismo!”<sup>100</sup>

O ano de 1968 rendeu muitas memórias a Ana Bursztyn. Uma delas é da Passeata dos Cem Mil. Nessa ocasião, ela relatou que um policial “fez um comentário que não devia ter feito e eu virei para trás e reclamei e ele me deu umas cacetadas aqui e eu comecei a ter inflexão de rim nesta época, porque depois eu perdi um rim, tudo isto começou nesta época”.<sup>101</sup> Essa

---

<sup>94</sup> Idem, p. 8.

<sup>95</sup> Idem, p. 8.

<sup>96</sup> Idem, p. 7.

<sup>97</sup> Idem, p. 8.

<sup>98</sup> Idem, p. 7.

<sup>99</sup> Ibidem, p. 9.

<sup>100</sup> Ibidem, p. 7.

<sup>101</sup> Ibidem, p. 10

passseata é normalmente descrita como tendo sido “pacífica”, o que não se confirma no testemunho de Ana.

Ela foi, também, uma das líderes estudantis presentes do congresso ilegal da UNE em Ibiúna. Participou, inclusive, das discussões sobre o local onde se realizaria o evento. Havia, segundo Ana, opiniões divergentes: “ou você fazia dentro da universidade ou fazia dentro do mato como a gente fez – nós não fomos a favor, São Paulo ganhou nesta posição”.<sup>102</sup> Ela comentou que era “quase militante” do PCBR, apesar de ainda ter certa independência. Posicionava-se, entretanto, ao lado dessa organização.

A estrutura do congresso também foi lembrada na entrevista. No congresso, Ana “dormia no chiqueiro, quer dizer, não dentro do chiqueiro, mas do lado ou no que era o chiqueiro”, o que a levou a contrair sarna.<sup>103</sup> Para evitar que a doença se alastrasse na prisão, ela foi libertada antes de outras colegas.

Ana analisou que o ano de 1968 foi “marcado por movimentações de rua, discussões”, mas que “o ano da guinada foi 69, não foi 68”, pois

já não havia mais a possibilidade de militância que a gente tinha de palestras, debates, cinemas, cineclubes, universidade, movimentação de rua [...]. As prisões começaram a suceder, em 69 uma ou outra morte dentro das prisões, então a tortura já começou a correr solta.<sup>104</sup>

No início de 1969 seu pai tentou evitar que Ana continuasse a militância, segundo ela “ele queria me mandar para o melhor Instituto de Química da Alemanha, para Israel, até para Israel ele queria! Para qualquer lugar!”.<sup>105</sup> Foi em 1969, segundo a entrevistada, que muitos companheiros seus começaram a partir para o exílio ou “se enfiaram em drogas de forma profunda [...], teve a cultura hippie no caminho também e quem queria continuar a luta tinha que fazê-lo meio clandestinamente ou por resistência armada”.<sup>106</sup> Foi na resistência armada, então militando pela ALN, que Ana continuou na resistência depois de 1969.

### **Maria José**

Quando aconteceu o golpe civil-militar, Maria José Nahas morava em Belo Horizonte, onde fazia cursinho pré-vestibular. Ela recordou as Marchas da Família com Deus pela Liberdade, que via nas ruas, mas ponderou que “achava tudo aquilo um negócio meio ridículo,

---

<sup>102</sup> Ibidem, p. 10

<sup>103</sup> Ibidem, p. 10

<sup>104</sup> Ibidem, p. 12

<sup>105</sup> Ibidem, p. 16

<sup>106</sup> Ibidem, p. 12-13.

mas [...] só era observadora”.<sup>107</sup> Foi quando entrou na Universidade, em 1966, que tomou conhecimento não só da questão da ditadura mas, nas suas palavras, “da Guerra do Vietnã, a questão do assassinato do Kennedy, os direitos civis, os Panteras Negras [...] a Primavera de Praga depois, *nouvelle vague*, quer dizer, é todo um caldo que você está ali dentro”.<sup>108</sup> Ela comentou que tomou conhecimento de todo esse “caldo” no qual estava inserida com a ajuda de “alguns companheiros brilhantes”, entre os quais citou Ângelo Pezzuti, conhecido militante da VPR (Vanguarda Popular Revolucionária) e seu colega no curso de Medicina.<sup>109</sup>

Sobre o Movimento Estudantil, comentou que o “DA [estava] fechado por causa da Lei Suplicy, DCE fechado, era tudo clandestino. Então, era um movimento de assembleia! [...] as primeiras manifestações estudantis aconteceram aqui [em Belo Horizonte]”.<sup>110</sup> Ela relatou também que conheceu seu marido, Jorge Nahas, na militância. Sobre isso, disse que sua “vida afetiva, os [...] amigos também eram os militantes. [...] É uma coisa que eu acho que é muito da nossa geração isso: Você viver as suas ideias, era parte da sua vida. [...] Era tudo misturado”.<sup>111</sup>

Maria José entra no COLINA (Comando de Libertação Nacional) em 1968, dois anos depois de entrar na Universidade. É interessante observar que ela, em dado momento de sua entrevista, diz que nunca participou de Movimento Estudantil, mas sim que sempre fez “trabalho interno na COLINA”.<sup>112</sup> No âmbito da organização, assim que se abriu a possibilidade de optar pela luta armada, ela escolheu esse caminho. Maria José foi presa em 29 de janeiro de 1969, passou pela tortura e foi libertada em junho de 1970, tendo sido banida do Brasil juntamente com outros companheiros, no contexto do sequestro do embaixador alemão.

## Dulce

Dulce Pandolfi ingressou na faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Pernambuco em 1967. Segundo a entrevistada, “as coisas já estavam radicalizadas”.<sup>113</sup> Então logo que no início das aulas ela foi envolvida pela movimentação da militância estudantil e aproximou-se do PCBR, como disse, “pelas posições que eu via ali no cotidiano, na assembleia,

<sup>107</sup> Entrevista concedida por Maria José Nahas, p. 3.

<sup>108</sup> Idem, p. 3.

<sup>109</sup> Idem, p. 3.

<sup>110</sup> Ibidem, p. 4.

<sup>111</sup> Ibidem, p. 4.

<sup>112</sup> Ibidem, p. 4.

<sup>113</sup> Entrevista concedida por Dulce Pandolfi, p. 5.

na maneira de conduzir a luta”.<sup>114</sup> Dulce alegou que os partidários do PCB pensavam “só nas lutas imediatas, achava que a luta era só pelo “bandejão” melhor, ou apenas por mais verba, enquanto tinha o pessoal que já levantava as bandeiras contra a ditadura”<sup>115</sup>, sendo que ela interessou-se mais pela última perspectiva, que correspondia ao PCBR.

Dulce contou que logo despontou como liderança nas instâncias estudantis: “no primeiro [ano], eu fui representante de turma, no segundo, eu já era secretária do diretório acadêmico da minha faculdade e finalmente eu entrei para o DCE”.<sup>116</sup> De acordo com a entrevistada, era difícil não se colocar em algum grupo organizado, pois o movimento estudantil – em Pernambuco – se dividia principalmente em três grupos, por ela descritos da seguinte maneira:

tinha o Partido Comunista [PCB], tinha o pessoal da Ação Popular [AP], que era o pessoal ligado à Igreja Católica que estava também num movimento grande de rompimento, estava se tornando a Ação Popular Marxista-Leninista [APML] e você tinha também no meio universitário o grupo mais ligado ao PCBR que é o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, que era já uma dissidência do Partido Comunista.<sup>117</sup>

Dulce analisou, então, que quando o estudante pretendia atuar no Movimento Estudantil, acabava aproximando-se de um desses grupos, “ou por simpatia, ou porque concordava mais com aquelas pessoas na hora da assembleia e das reuniões”.<sup>118</sup> Sobre o motivo pelo qual ela escolheu inicialmente o PCBR, ela coloca que foi por simpatizar com o grupo, dizendo que “não tinha a menor ideia de qual era a discussão de fundo”.<sup>119</sup>

A entrevistada colocou que, quando ainda não tinha se posicionado, foi disputada por essas tendências. Ela disse acreditar que provavelmente as lideranças dos grupos já tinham conhecimento de sua história; ela já participava das manifestações e, como relatou, “tinha uma prima que militava, era do diretório acadêmico, era do DCE, tinha também o meu irmão mais velho que já tinha passado para a Faculdade de Direito e já estava ali inserido, então, eu era uma militante em potencial”.<sup>120</sup> Até 1970, Dulce continuou na Universidade e na militância ligada à ALN, mas após uma série de prisões de pessoas próximas a ela, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde foi presa no mesmo ano.

---

<sup>114</sup> Idem, p. 6.

<sup>115</sup> Idem, p. 7-8.

<sup>116</sup> Ibidem, p. 6.

<sup>117</sup> Ibidem, p. 6.

<sup>118</sup> Ibidem, p. 7.

<sup>119</sup> Ibidem, p. 7.

<sup>120</sup> Ibidem, p. 7.

## Amparo

Maria do Amparo Almeida Araújo militou apenas no Movimento Estudantil secundarista. Na pequena cidade de Anadia, em Alagoas, participava ativamente das atividades voltadas às melhorias da educação pública. Amparo conta ter iniciado sua militância em 1964, aos treze para quatorze anos. Segundo ela, atuar no Movimento Estudantil

era um processo encarado com muita naturalidade, era a caminhada natural. Você estava na escola secundária e o [exame de] admissão era um rito de passagem, e participar do Movimento Estudantil também era um rito de passagem. Você tinha que estar inserido, era da natureza da conjuntura daquele momento, estar inserido no Movimento<sup>121</sup>

A entrevistada comentou que as principais reivindicações do Movimento Secundarista em Alagoas diziam respeito à “melhoria da qualidade de ensino, condições adequadas, dignas para que os estudantes estudassem”.<sup>122</sup> De acordo com Amparo, “naquela época não existiam muitas escolas particulares, então você não tinha opção, só existiam escolas públicas”.<sup>123</sup> Em Anadia não havia escola particular e sua escola, pública, era a única que oferecia o ginásio.

Com o objetivo de militar pela melhoria da educação pública, a entrevistada disse que participava de reuniões, de “processo de escolha das lideranças, representação de turma, o grêmio estudantil” e, também, “protestos, passeatas [...] tudo que os estudantes faziam na época.” Ela comentou entender o “Movimento Estudantil era muito forte na época, diferente de hoje”.<sup>124</sup>

Certa feita a entrevistada participou de uma passeata na cidade de Anadia, que tinha como destino final a casa do prefeito. Ela contou que aqueles que estudavam o ginásio à noite frequentemente sofriam com a falta de energia elétrica. Como a cidade era abastecida a partir de geradores, os apagões eram atribuídos ao prefeito, que não comprava combustível suficiente para abastecer a cidade. Amparo acredita que o prefeito “provavelmente fazia desvio de verbas, igualzinho como acontece hoje”.<sup>125</sup> Depois desta passeata – que resultou inclusive em alimentos lançados da casa do prefeito em direção aos estudantes, que revidaram com pedras -, a entrevistada comentou que ela e seus colegas tiveram seus primeiros problemas políticos.

Depois dessa movimentação, Maria do Amparo foi estudar em um colégio interno na cidade de Mogi Mirim (SP), por intermédio de um de seus irmãos, que era ligado à Igreja através

<sup>121</sup> Entrevista concedida por Amparo Araújo, p. 4.

<sup>122</sup> Idem, p. 5.

<sup>123</sup> Idem, p. 5.

<sup>124</sup> Idem, p. 4.

<sup>125</sup> Idem, p. 5.

de sua atuação política. Ela contou que esse irmão, Luiz, iniciou sua militância na Igreja, tendo entrado depois na faculdade de Ciências Sociais da USP e participado do Movimento Estudantil. Mais tarde, quando militava pela ALN, foi preso pelo envolvimento em uma expropriação bancária e continuava desaparecido até o dia da entrevista.

Depois de mudar-se para São Paulo, a entrevistada diminuiu sua atuação no Movimento Estudantil devido ao fato de que a repressão já era muito forte. Ela recordou ter escrito uma redação “sobre a morte do Edson, que era estudante, sei que todo mundo ficou muito assustado na sala, foi um balde de água fria”.<sup>126</sup> Quando terminou o ginásio, em 1969, Amparo foi morar com seu irmão e a companheira dele, ambos clandestinos e atuantes na ALN. Encerra-se, assim, o período de atuação estudantil de Maria do Amparo, ao mesmo tempo que inicia sua formação para ser um dos novos quadros da Ação Libertadora Nacional.

### **Carmem**

A pernambucana Carmem Chaves atuou no Movimento Estudantil somente na universidade, a partir de 1964. Ela contou que tão logo começaram as aulas, foi eleita representante de turma e, conseqüentemente, passou a compor o Diretório Acadêmico do curso de Medicina. O ano do golpe é lembrado por Carmem como um período de muitas mudanças. Ela observou que “essa época de sessenta e quatro foi mais ou menos de novo como sair de um colégio livre e ir para um colégio das Damas, e conhecer o que era feio e errado e pecado e coisa ruim”, fazendo referência à mudança de escolas que enfrentou na adolescência.<sup>127</sup> Para ela, saber detalhes de atitudes repressivas do governo militar foi determinante para iniciar uma militância de resistência estudantil.

Foi assim que, já em 1964, Carmem foi eleita representante de turma. Ela contou que “os representantes de turma se juntavam, de todas as turmas [...], tinha dois ou três por turma. Então isto virou o D.A, foi a forma, os D.A’s eram todos proibidos, uma associação proibida”<sup>128</sup>. Esse relato demonstra uma das alternativas de organização encontradas pelo Movimento Estudantil após as medidas do governo visando reprimir as organizações de estudantes. Deste período, Carmem lembra que “pedia dinheiro para os professores para jornalzinho para rodar no mimeógrafo” e também de frequentemente o Movimento Estudantil auxiliar os desabrigados das cheias, que segundo ela eram frequentes no Recife na década de

---

<sup>126</sup> Ibidem, p. 8.

<sup>127</sup> Primeira sessão da entrevista concedida por Carmem Chaves, p. 27.

<sup>128</sup> Idem, p. 28.

1960.<sup>129</sup> Em uma dessas cheias, a entrevistada lembra que “ficou muita gente desabrigada na Faculdade de Direito do Recife e que a gente ia ajudar”.<sup>130</sup>

Carmem contou que por volta de 1967 continuava com a atividade de ficar “recolhendo dinheiro com professor para fazer papelzinho e em sessenta e sete, eu estava já no DCE [...], saía e ia a outras faculdades, ia conversar com o pessoal, levar notícia, chamar para assembleia”.<sup>131</sup> Segundo ela, foi em 1968 que o Movimento cresceu e, como ela comentou, “já teve bastante passeata”. Sobre as passeatas ela rememorou que eram sempre reprimidas pela polícia, “lá vinha [...] um negócio de cavalo, [e a gente] botava cortiça, botava bola de gude, botava para levar queda”. Nesse ano eram comuns as prisões de estudantes, e Carmem não fugia da regra: “teve uma vez que eu sacudi uma pedra e os caras me pegaram, eu fui presa”. Esta, entretanto, não foi a única vez. Segundo ela, “teve várias prisões em negócio de passeata, ficava lá, passava a noite, depois voltava”<sup>132</sup>.

A maioria das memórias de Carmem referentes ao Movimento Estudantil remetem o ano de 1968. Neste ano, atuando junto ao Diretório Central de Estudantes, ela contou que ia “às outras faculdades conversar e [fazer] assembleia ilegal: lá ia a polícia, saíamos tudo [sic] correndo”.<sup>133</sup> É possível perceber que a repressão é lembrada em praticamente todas as atividades estudantis descritas pela entrevistada.

A entrevistada relatou também que nos primeiros anos de faculdade ela trabalhava, mas em 1968 “não estava dando, mesmo, para conciliar de jeito nenhum”, então pediu demissão passando a se dedicar quase exclusivamente à militância.<sup>134</sup> Ela lembrou que havia uma grande preocupação com a formação teórica dos militantes estudantis, razão pela qual fez uma

apostilinha do Regis Debray que eu tinha feito, datilografei ela [...], não sei qual era o nome não, Guerra? Guerrilha? Sei que isso foi mimeografado e distribuído, me lembro exato onde eu fiz, era numa casa, de um casal, que tinha uma criança pequena, e ficava lá, trabalhando. Dormia lá algumas noites. Bom, enfim isso saiu.<sup>135</sup>

---

<sup>129</sup> Idem, p. 28.

<sup>130</sup> Ibidem, p. 28.

<sup>131</sup> Ibidem, p. 29.

<sup>132</sup> Ibidem, p. 29.

<sup>133</sup> Ibidem, p. 31.

<sup>134</sup> Ibidem, p. 34.

<sup>135</sup> Ibidem, p. 33.

É muito provável que a entrevistada se refira ao livro *A Revolução na Revolução*, que Debray escreveu em 1967 e no qual tentava adaptar estratégias de guerrilha às características do continente latino-americano.<sup>136</sup>

Em virtude de sua longa atuação junto ao Movimento Estudantil Universitário, Carmem foi eleita, juntamente com dois rapazes, para ir ao congresso ilegal da UNE na cidade de Ibiúna – SP, em outubro de 1968. Segundo ela, todos os estudantes sabiam que este congresso aconteceria, afinal “tinha que fazer as assembleias para mandar os representantes”.<sup>137</sup> Sobre o local onde foi realizado o congresso, ela lembra

quando a gente chegou lá foi um negócio, [...] era um descampado aberto. Tinha um lugar, algumas construções uma ou duas, casa de bicho coisa assim, tipo cocheira coisa assim. Uma casinha também [...] e um riachinho, tinha umas matas assim em volta, um lugar que eles fizeram que era o banheiro, um buraco com as tabuas em cima e um buraco para descer e fazia xixi e defecar. Um frio, mas um frio gelado! Era umidade a gente dormia no chão e tinha feito um anfiteatro cavado no barro como se fosse uma escada, mas que era de barro, dessa largura (a entrevista mostra um espaço de aproximadamente meio metro com a mão) e a gente dormia ali. Sei que certa hora, eu dormi.<sup>138</sup>

Sobre a quantidade de pessoas que havia no congresso, Carmem comenta que eram por volta de trezentas.<sup>139</sup> Sobre a forma como o congresso foi descoberto, a entrevistada endossou a já conhecida passagem da padaria. Segundo ela, “foram comprar pão na padaria acabou o pão, acabou-se o estoque de pão na padaria entendeu?”.<sup>140</sup> Ibiúna contava na época com cerca de cinco mil habitantes, então a significativa compra de pães na padaria da cidade acabou chamando a atenção dos moradores e da repressão. Durante a entrevista, Carmem demonstrou uma visão crítica do congresso quando comentou que

era um descampado que o pessoal fez um anfiteatro e no interior, se você tem um amontoado de gente falando, você sabe que vai dar uma reverberação. Houve um erro de avaliação, de cálculo nessa coisa, mas em si a ideia não era má. Agora, talvez teria feito de outra forma. Simultâneo, em vários lugares, não sei como. Enfim, também foi muito assustador a gente ouvir os tiros de manhã cedo, e não saber o que ia acontecer. Nós fomos levados para um presídio de presos comuns. Inclusive era o presídio Tiradentes, que a gente chamava de Palácio Tiradentes de brincadeira. Lá tinha preso comum em baixo e a gente ficou em cima, naquela cela. Mas tinha fato da gente se organizar lá dentro.<sup>141</sup>

Depois de passar alguns dias na prisão (a entrevistada não soube precisar quantos), Carmem voltou juntamente com seus colegas para Recife. Depois do Congresso, mas ainda em

<sup>136</sup> GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*, 1987, p. 80.

<sup>137</sup> *Ibidem*, p. 34.

<sup>138</sup> *Ibidem*, p. 34.

<sup>139</sup> Alves (2005, p. 171) fala em 800 líderes estudantis presos.

<sup>140</sup> *Ibidem*, p. 35.

<sup>141</sup> *Ibidem*, p. 34-35.

1968, foi realizada em Pernambuco uma eleição clandestina para a União Estadual de Estudantes (UEE), na qual a chapa de Carmem foi eleita. Ela contou que “alguns me disseram que eu era vice de Cândido, mas eu acho que não era. Não por que, de qualquer modo não era bem um cargo para mulher! Cargo para mulher seria secretária, eu acho, que era o máximo que a gente poderia aspirar naquele tempo.”<sup>142</sup> Essa declaração demonstra que havia, no Movimento Estudantil, uma diferenciação entre papéis femininos e masculinos.

A repressão após o AI-5, entretanto, dificultou a militância política de Carmem, que “em sessenta e nove o negócio se complicou um bocado, inclusive porque logo no mês de março houve um assassinato de um padre”.<sup>143</sup> Com o recrudescimento da repressão, Carmem caiu na semiclandestinidade. Ela contou que

foi nessa época mais ou menos que - eu não sei se antes do Padre Henrique ou depois da morte do Padre Henrique - mas a coisa já estava meio pesada para minha banda, muito pesada. E foi quando eu comecei a ficar em casas de pessoas, de amigos do meu pai. Teve uma casa que eu fiquei em Olinda. Teve a casa de um tio meu que era de veraneio lá em Piedade. [...] Na casa de um professor meu, que tinha um bebezinho novo e a teoria era que eu seria a moça que ia cuidar do neném e tal.<sup>144</sup>

A partir de 1969, ligada ao PCBR – dissidência do PCB que pregava a luta armada -, Carmem continuou atuando como militante do setor de informação, produzindo materiais de estudos e apostilas. Ela contou que “estava passando por essa história do namoro, lá do cara e a gente ficava fragilizado. E o segundo, o fato de eu ter passado muito tempo me escondendo, eu já estava vendo as coisas de outra forma e eu fui muito clara com isso”.<sup>145</sup> Ela optou, portanto, por não pegar em armas.

### **Josefa**

Josefa Lúcia Siqueira, assim como Amparo Araújo, atuou apenas no movimento estudantil secundarista no Recife. Foi através da Igreja que ela teve contato com as lutas sociais. Ela rememorou na figura de Pe. Henrique uma de suas grandes influências: “padre Henrique vinha com várias teses dos movimentos de igrejas e a gente passava o final de semana e debatia com ele. Então, isso me ensinou bastante a ver o mundo totalmente diferente a longo prazo que

<sup>142</sup> Ibidem, p. 33.

<sup>143</sup> A entrevistada se referiu à tortura e assassinato do Pe. Henrique Pereira da Silva Neto, que atuava junto à Juventude Católica. Seu corpo foi abandonado de forma muito visível na Cidade Universitária em Recife. Esse ato foi interpretado como um recado da repressão aos estudantes e a Dom Hélder Câmara, conhecido arcebispo contrário à ditadura.

<sup>144</sup> Segunda sessão de entrevista concedida por Carmem Chaves, p. 4.

<sup>145</sup> Idem, p. 30.

a gente poderia ter”.<sup>146</sup> Josefa, que foi operária na adolescência, iniciou sua militância na Juventude Operária Católica (JOC).

Quando iniciou o ginásio no Colégio Estadual de Recife, Josefa ingressou na Juventude Estudantil Católica (JEC) e passou a construir o Movimento Estudantil Secundarista. Foi também no ginásio que ela conheceu seu futuro marido, Luciano, que também militava junto à Igreja. A entrevistada contou que

via padre Henrique, padre Moisés [...], que foi o padre que nos casou, a gente começou a fazer um trabalho grande, sério. Eu terminei viajando para outros estados para a gente fazer congressos, reuniões, mas como eu era de uma família muito humilde, eu sempre trabalhei, eu estudava à noite [...]. Então foi daí que surgiu o despertar e a gente trabalhava em conjunto com o Movimento Estudantil Secundarista, com o Movimento Universitário, a gente sempre trabalhou junto.<sup>147</sup>

A militância de Josefa no Movimento Estudantil era bastante ligada às demandas estudantis, como ela mesma disse: “era dentro das escolas via grêmios, por melhores estudos, por passagem [...], o que tivesse, a gente estava metido no meio”.<sup>148</sup> Com o AI-5, Luciano passou a ser perseguido e ambos tiveram de sair das casas dos pais. Sobre isso, Josefa contou que sua mãe “achava muito ruim, se eu saísse de casa naquela época eu iria cair na boca do povo. Então, ela queria que a gente casasse, e a gente casou [...]”.<sup>149</sup> Casados, perseguidos pela repressão e já militando no PCdoB (Partido Comunista do Brasil), o casal foi aconselhado pela organização a sair de Recife e viver clandestinamente.

### Rita

A primeira referência que Rita Sipahi faz ao Movimento Estudantil em sua entrevista chama atenção por demonstrar que ela considera esse movimento social importante para sua emancipação. Ela comentou que vinha de uma “família repressora num certo tipo de cuidado [...] O movimento estudantil foi o grande caminho que se abriu!”.<sup>150</sup>

Rita se referiu, na frase anterior, ao Movimento Estudantil Universitário. Ela entrou na Faculdade de Medicina do Ceará em 1962, portanto ainda antes do golpe civil-militar. Como várias outras entrevistadas, engajou-se na JUC e foi vice-presidente do DCE. Em 1963, participou da fundação da Ação Popular. De acordo com ela, havia uma preocupação “sobre a questão de que o movimento estudantil estava se esgotando e que havia a necessidade de uma

<sup>146</sup> Entrevista concedida por Josefa Lúcia Siqueira, p. 6.

<sup>147</sup> Idem, p. 6.

<sup>148</sup> Idem, p. 7.

<sup>149</sup> Idem, p. 8.

<sup>150</sup> Entrevista concedida por Rita Sipahi, p. 7.

organização que fosse fora do movimento estudantil e que ampliasse mais, que começasse a pensar na questão do socialismo, da transformação do país”.<sup>151</sup>

Também em 1963 Rita transferiu-se do Ceará para Recife por ter-se casado com um rapaz de lá. No mesmo ano teve um filho. Em 1964, ela cursava o último ano da faculdade de Medicina – agora estudava no Recife e era liderança da AP tanto em Pernambuco quanto no Ceará. Um episódio relatado na entrevista pode dimensionar a posição ocupada por Rita. Segundo ela, no dia do Comício da Central do Brasil – 13 de março de 1964 -, a direção da AP começou a “perceber que a coisa ia mudar no sentido contrário” e enviou um telegrama dizendo “Organize o nosso pessoal, prepare-se. Queima de resistência. Severo”. A entrevistada relatou que este telegrama foi interceptado pelo exército, mas “ele foi retirado porque o Arraes tinha um esquema dentro desse... Dentro do Exército também, claro.”<sup>152</sup> Apesar de o telegrama não ter chegado às suas mãos antes do golpe, o fato de Miguel Arraes tê-lo recuperado provavelmente evitou que Rita ficasse ainda mais visada pela repressão.

Depois de formar-se em Direito, Rita optou por ficar em casa, assumir a família, mas não deixou de militar. Em 1966 teve a segunda filha e continuou militando na Ação Popular. Depois do AI-5, foi obrigada a deixar a organização por não aceitar separar-se do marido, ir trabalhar em fábrica, integrar-se na produção. Essa era a estratégia da AP, como Rita coloca quando diz que

a preocupação da Ação Popular nesse momento – 1967, 1968, 1969 – é a questão da integração. Que era a possibilidade dela de fato se tornar um partido revolucionário, o partido da classe proletária. Não tinha dúvida. E cabia à classe proletária fundamentalmente ter as iniciativas de tomada do poder<sup>153</sup>

Rita, juntamente com outros dissidentes da AP, fundou o PRT (Partido Revolucionário dos Trabalhadores), onde militou a partir de então.

### **Nilce**

Nilce Azevedo Cardoso iniciou seu curso de Física na USP – como já comentou em diversas oportunidades – “junto com os tanques”, em 1964. Quando entrou na universidade, imediatamente começou a fazer parte da Juventude Universitária Católica. Ela contou que “era um pessoal muito legal, muito comprometido, muito solidário, e querendo trabalhar junto com o povo, já querendo fazer uma luta contra a ditadura, que estava se fazendo”.<sup>154</sup> Durante os

---

<sup>151</sup> Idem, p. 11.

<sup>152</sup> Idem, p. 14.

<sup>153</sup> Ibidem, p. 21.

<sup>154</sup> Entrevista concedida por Nilce Azevedo Cardoso, p. 3.

quatro anos de faculdade, Nilce morou no Conjunto Residencial da USP (CRUSP), militava e trabalhava para se sustentar. Não deixou, entretanto, de viver a vida que, segundo ela, viviam os jovens nessa época: “namorava, ia nas festas”.<sup>155</sup> Ela acredita que “os quatro anos de faculdade foram muito ricos”.<sup>156</sup> Sobre suas atividades no âmbito do Movimento Estudantil, Nilce ressalta sobretudo as panfletagens e os comícios-relâmpago: “Subia num poste e “papapá”, “abaixo a ditadura e isso, aquilo e aquilo outro” e dava no pé. E quando eles chegavam, quando a polícia chegava, a gente já estava em outro lugar”.<sup>157</sup>

Se compararmos as interpretações de Nilce e de Lilia, podemos perceber que há uma diferença no seu discurso sobre o período de Movimento Estudantil: enquanto Lilia entende esse momento de sua vida como o de maior engajamento, Nilce entende-o principalmente como os anos de formação, como é possível observar na seguinte declaração: “nessa época eu entrei na JUC, onde recebi muita formação. A gente tinha um lema: “ver, julgar e agir”, que era o lema da JUC. Então, a gente tinha que entender a realidade, julgar o que deveria ser feito, e agir, tentar modificar. Foi assim que mais ou menos fui me formando.” Essa constatação é corroborada pela atenção dada por Nilce no que se refere aos anos de militância estudantil, expressivamente inferior à dada por Lilia, que narra esse período com mais detalhes.

### 3.2 MULHERES, ESTUDANTES E MILITANTES POLÍTICAS NA DÉCADA DE 1960

Como foi possível observar nas entrevistas, grande parte das entrevistadas considera que a entrada na Universidade e, sobretudo, o contato com o Movimento Estudantil foi fundamental para a sua conscientização política. Embora boa parte delas tenha atribuído à família alguma importância nesse sentido, as falas sobre o Movimento Estudantil iniciam carregadas de um tom de valorização da militância estudantil como fundamental para a tomada de conhecimento do contexto político do Brasil e do mundo nos anos 1960.

Nesse sentido, a fala de Vera Vital talvez seja uma das mais significativas. Quando ela diz que “foi a universidade que abriu o campo de um pensamento crítico, a partir do movimento estudantil, sobre a realidade brasileira”<sup>158</sup>, deixa claro a importância que atribui a esse momento da sua história de vida. Vera, coincidentemente, foi a entrevistada que menos falou sobre

---

<sup>155</sup> Idem, p. 3.

<sup>156</sup> Idem, p. 4.

<sup>157</sup> Idem, p. 9.

<sup>158</sup> Entrevista concedida por Vera Vital, p.8.

qualquer influência política por parte de sua família. Sobre o período anterior à faculdade, ela comenta que “estava mergulhada numa maneira de viver, de pensar e de agir que era, digamos, acrítica em relação à realidade e à problemática social e política”.<sup>159</sup> Ela não é, entretanto, a única entrevistada que considera o Movimento Estudantil fundamental na sua formação política.

Rita Sipahi, ao comentar que vinha de uma família repressora, aponta que “o movimento estudantil foi o grande caminho que se abriu”.<sup>160</sup> Nesse sentido, Lilia Gondin também alegou que foi durante sua atuação que começou a ler textos políticos, entre os quais citou Mao Tse Tung, Engels e um romance de Jorge Amado que falava sobre o Estado Novo, segundo ela este livro – *Subterrâneos da Liberdade* -, era lido por muitos militantes estudantis. Dulce Pandolfi também comentou que, logo que entrou na faculdade, não entendia as discussões que permeavam as organizações presentes no ambiente universitário.

Estas organizações, por sua vez, se mostraram fundamentais nas narrativas das entrevistadas, também no que se refere à sua formação. Primeiramente, é impossível não falar das ações católicas. João Roberto Martins Filho, no livro *Movimento Estudantil e Ditadura Militar (1964-1968)*, comenta que a esquerda cristã foi hegemônica no Movimento Estudantil na década de 1960. A partir dos testemunhos aqui analisados constata-se que a metade das entrevistadas atuou no Movimento Estudantil estando ligadas à esquerda católica, sendo que três delas (Lilia, Josefa e Rita) militaram no Nordeste.

Lilia e Josefa inclusive estudaram na mesma escola, o Colégio Estadual de Recife, participando do movimento secundarista. Josefa iniciou sua participação na Juventude Operária Católica (JOC), uma vez que trabalhou em fábricas desde os quinze anos. Sobre esses primeiros tempos vinculada à Ação Católica, ela ressaltou a importância dos estudos realizados sob a supervisão do Pe. Henrique – que em 1969 foi barbaramente torturado e morto pela repressão -, o que a ensinou “a ver o mundo totalmente diferente a longo prazo que a gente poderia ter”.<sup>161</sup> Quando começou a cursar o secundário, Josefa se somou à Juventude Estudantil Católica (JEC). Lilia, por sua vez, não comentou se chegou a participar da JEC, mas afirmou ter militado junto à Ação Popular.

---

<sup>159</sup> Ibidem, p. 8.

<sup>160</sup> Entrevista concedida por Rita Sipahi, p. 7.

<sup>161</sup> Entrevista concedida por Josefa Lúcia Siqueira, p. 6.

Martins Filho (1987, p. 49) aponta que “no início de 1962, a Igreja proíbe os membros da JUC de se candidatarem às entidades estudantis”; a entrevistada Rita Sipahi, nesse mesmo ano, participou de uma reunião no Rio de Janeiro, na qual foi levantada a questão de um possível esgotamento do Movimento Estudantil e da necessidade de uma organização que extravasasse os limites das instituições de ensino e começasse a pensar a questão do socialismo. Essa discussão culminou, em 1963, na fundação da Ação Popular. Segundo Martins Filho, na década de 1960 tornou-se comum a “dupla militância” por parte dos militantes da esquerda católica, ou seja, a militância concomitante na JUC (eu acrescentaria aqui a JEC e/ou a JOC) e na AP. Segundo o autor, a ascensão da esquerda católica no meio estudantil é resultado da culminância de dois fatores: a crise vivida pelo PCB no período e o crescimento paulatino da Ação Católica desde a década de 1950.

Ainda assim, chama atenção o fato de que metade das entrevistadas ora analisadas tenham estado ligadas à esquerda católica em 1960, sendo que três delas (Lília, Nilce e Rita) entraram para a AP. Analisando dados do *Projeto Brasil: Nunca Mais*, compilados por Ridenti (2010), constata-se com um cálculo simples que 19,24% das mulheres processadas pela ditadura civil-militar nas décadas de 1960 e 1970 eram militantes da Ação Popular.<sup>162</sup>

A significativa presença feminina na esquerda católica no âmbito das organizações clandestinas é, portanto, corroborada pelo presente trabalho também no âmbito estudantil, resguardadas, claro, as devidas discrepâncias numéricas<sup>163</sup>. Se considerarmos as outras três entrevistadas, que militaram na JUC ou na JEC e não comentaram ter participado da AP, é possível considerar a possibilidade de que a porcentagem de mulheres na Ação Católica que atuaram apenas no Movimento Estudantil seja ainda maior. Uma afirmação como essa, entretanto, só poderia ser feita a partir de um estudo amplo, de cunho quantitativo.

Ainda sobre a AP, é relevante a alusão de Lília Gondin à OPP desta organização, que, segundo a entrevistada, era o *hall* de entrada da organização, na qual “você era um estudante”.<sup>164</sup> Entrar na organização dependia de o futuro militante ter, nas palavras da entrevistada, “força ideológica” suficiente para, se necessário, morrer militando. Esse modelo de Organização Parapartidária é citado também por Vera Vital, que se aproximou do PCBR. Sua visão vai de encontro à de Lília, uma vez que ela se referiu à OPP como sendo a *periferia*

---

<sup>162</sup> Ver Ridenti (2010), p. 281, Quadro 6 – Organizações de esquerda no Brasil, segundo o sexo dos processados judicialmente, anos 1960 e 1970.

<sup>163</sup> O Projeto Brasil: Nunca Mais analisa 4124 processos.

<sup>164</sup> Entrevista concedida por Lília Gondin, p. 12.

da organização, e que ela nunca chegou a ser uma militante de fato. A militância de Vera, como pudemos observar, não extravasou a militância estudantil. Seria possível sugerir que a entrevistada nunca chegou a exercer uma presença orgânica no partido devido ao caráter de sua atuação, notadamente estudantil, o que contrastava com a proposta do PCBR, de desenvolver a luta fora da Universidade. Para isso, seus militantes deveriam abandonar sua postura pequeno-burguesa, o que Vera, do ponto de vista da organização revolucionária, jamais fez.

Essa hipótese, entretanto, encontra um obstáculo: a Ação Popular compartilhava dessa visão crítica do movimento estudantil (como podemos observar na história de Nilce, que depois de concluir a faculdade de física incorporou-se ao proletariado em fábricas do ABC paulista e, depois, em Porto Alegre), mas não abria mão das militantes estudantis no seio da organização. A diferença fundante entre a AP de Nilce e o PCBR de Vera era a guerrilha urbana, pregada pelo PCBR e em relação a qual a AP, como aponta Martins Filho, passou a ser terminantemente contrária após 1968:

A AP dividira-se em duas “correntes”, a primeira favorável ao maoísmo [movimento de proletarização] e a segunda nitidamente influenciada pelas ideias de Guevara e Debray [focos de guerrilha]. Em julho de 1968, em pleno apogeu das lutas estudantis, a AP resolveu sua luta interna com a expulsão dos membros da Corrente 2. (MARTINS FILHO, 1987, p. 188)

Cristina Scheibe Wollf (2007), em artigo intitulado *Feminismo e configurações de gênero: perspectivas comparativas no Cone Sul, 1968-1985*, ressalta que a presença feminina nas organizações de luta armada pressupunha o “gênero descolado do corpo”, fazendo alusão à proposição de Judith Butler. Tratava-se de identificar-se, portanto, mais como estudante, “vanguarda ilustrada”, do que como mulher. A atuação de Vera no âmbito do PCBR encontra forte embasamento na proposta feita por Che Guevara em seu livro *Guerra de Guerrilha*, onde ele sugere que a atuação da mulher é “extremamente importante (...), embora seu papel mais importante seja o de servir de agente de ligação e mensageira, pois ela chama menos atenção dos soldados inimigos e pode passar mais despercebida” (GUEVARA, 1960, apud WOLFF, 2007, p. 30)

Vera, que alinhou-se ao PCBR no movimento estudantil, alegou que nunca participou de nenhuma ação armada. Na já citada tabela onde Ridenti divide os militantes processados na ditadura de acordo com o sexo, é perceptível a diferença percentual de mulheres nas organizações que não pregavam a luta armada (como a AP) e as que pregavam – entre os quais o PCBR. É possível observar, portanto, que por mais que muitas mulheres estivessem ligadas a

organizações clandestinas de luta armada já durante a atuação no Movimento Estudantil, várias delas não chegaram a pegar em armas devido justamente a essa divisão sexual das funções dentro das organizações. Wolff observa que

apesar de não se dizerem feministas, de não existirem organizações que se reivindicassem feministas, na década de 1960, o número de mulheres que acediam ao mercado de trabalho e, talvez mais significativamente para este contexto, o número de mulheres que começavam a frequentar as universidades, nunca havia sido tão importante (WOLFF, 2007, p. 28)

A autora prossegue analisando que quando acediam às organizações de luta armada, “parece que o gênero se colava novamente ao corpo, nas práticas do cotidiano, nas tarefas atribuídas a cada militante, colocando os desafios para a incorporação de mulheres em uma “guerra de guerrilhas” pensada como espaço masculino de atuação” (Idem, p. 30). Wolff, apesar de não afirma-lo categoricamente, dá a entender que no Movimento Estudantil a diferenciação de funções de acordo com o sexo dos militantes não se fazia tão presente.

Algumas informações contestam esse entendimento. Em 1966, 10% dos delegados do congresso da UNE em Belo Horizonte eram do sexo feminino, assim “ao que tudo indica, a composição social das esquerdas em armas era relativamente equivalente à do conjunto dos movimentos sociais mais atuantes no período, até mesmo no tocante à participação por sexo” (RIDENTI, 2010, p. 198). Nesse sentido, uma passagem das entrevistas dá indícios de que haveria, sim, uma dificuldade de as mulheres ascenderem a cargos altos na hierarquia do Movimento Estudantil. Trata-se do relato de Carmem Chaves sobre a eleição realizada para a UEE de Pernambuco, na qual ela comenta terem-lhe dito que ela foi eleita vice presidente, mas em sua opinião “não, por que, de qualquer modo não era bem um cargo para mulher! Cargo para mulher seria secretária, eu acho, que era o máximo que a gente poderia aspirar naquele tempo.”<sup>165</sup> Sem entrar em maiores detalhes sobre as diferenciações de gênero nas instâncias estudantis, Carmem dá a entender que elas existiam.

Devido ao caráter das fontes utilizadas para este estudo, não foi possível aprofundar as relações de gênero no âmbito do movimento estudantil. As entrevistadas, de modo geral, não entraram nesse assunto durante seus depoimentos, mas assim como Carmem, várias delas em algum momento das suas entrevistas comentaram que sua condição de mulher foi determinante nas suas trajetórias. Esse foi o caso, por exemplo, de Josefa, que diante da necessidade de sair de casa por conta da perseguição que vinha sofrendo, teve de casar-se com seu namorado, uma

---

<sup>165</sup> Entrevista concedida por Carmem Chaves, p. 33.

vez que sua mãe “queria que a gente casasse, e a gente casou”, segundo ela, sua mãe tinha medo que ela pudesse “cair na boca do povo”.<sup>166</sup>

Vera Vital, por sua vez, sentiu a opressão de gênero ao ser presa, em 1969. Mesmo encarcerada, a entrevistada continuou vinculada à universidade, tendo se formado na condição de detenta. No dia de sua colação de grau, foi levada para um local ermo, onde sofreu uma tentativa de abuso sexual por parte do major que a levou até a universidade naquela ocasião. Lilia Gondin, por sua vez, foi torturada psicologicamente quando foi presa. Ela contou que os interrogadores “chamavam a gente de prostitutas[...]. Perguntavam pelos homens da gente”<sup>167</sup>, o que deixa claro que a condição feminina era utilizada pela repressão na tentativa de denegrir e ofender as meninas do Movimento Estudantil.

Ana Bursztyn narrou um episódio ocorrido logo na sua entrada na universidade, quando foi avisada que sua atitude de ir às aulas usando calças compridas não seria bem vista pelo diretor da faculdade. Nas palavras de Ana, a juventude (na qual ela estava inserida), vinha levantando diversas questões, entre os quais ela cita “discutir pílula, costumes, se você podia transar antes de casar ou não”.<sup>168</sup> A universidade, por sua vez, procurou reprimir essa mudança de costumes que estava bastante ligada a emancipação feminina.

Apesar de não terem comentado ter algum embasamento feminista, essas estudantes transgrediram a ordem de gênero da década de 1960 ao ocuparem um espaço até então masculino. Pelos depoimentos foi possível perceber que elas enfrentaram resistência da família (Josefa), da repressão (Vera e Lilia), da universidade (Ana) e dos próprios colegas de militância estudantil (Carmem).

Sobre as atividades desenvolvidas no âmbito do Movimento Estudantil, Ana Bursztyn contou que gostava de trabalhar com o setor de “informação”, caracterizado, segundo ela, tanto pelas questões específicas de sua área (Farmácia), como pela denúncia da ditadura por meio, por exemplo, de pichações. Essa característica de militar tanto por causas estudantis, como melhores condições de estudo, melhoria da estrutura das instituições públicas de ensino quanto nas ruas, contra a ditadura militar, foi recorrente nos depoimentos aqui analisados. É interessante a análise que Lilia Gondin faz dessa relação, uma vez que ela interpreta que foi a partir da militância voltada à melhoria do ensino que ela pôde chegar à conclusão de que este

---

<sup>166</sup> Idem, p. 8.

<sup>167</sup> Entrevista concedida por Lilia Gondin, p. 21.

<sup>168</sup> Entrevista concedida por Ana Bursztyn, p. 7.

estava intimamente ligado ao sistema de governo, passando então a militar também contra a ditadura.

O trabalho de conscientização também aparece na narrativa de Carmem Chaves, que relatou ter datilografado e mimeografado uma apostila sobre o livro de Regis Debray (provavelmente se trata da obra *A Revolução na Revolução*). Nesse sentido, as pichações também foram recorrentes, sendo inclusive o motivo das prisões de Lilia e Sandra Machado.

Outra característica do Movimento Estudantil a partir de 1964 que aparece nos depoimentos é a de que, como relatou Maria José Nahas, tratava-se de um movimento de assembleia. Devido à dificuldade de os estudantes de esquerda se organizarem nas instâncias estudantis (como Diretórios Acadêmicos, por exemplo), Carmem Chaves relatou que a forma de organização encontrada foi a reunião dos representantes de turmas para realizar as deliberações. Participar dessas atividades, como reuniões, assembleias, escolha de representantes foi recorrente na trajetória estudantil das entrevistadas.

Por fim, é necessário analisar o ano de 1968, uma vez que este foi mencionado como muito importante por todas as depoentes. As manifestações que vinham acontecendo desde 1966 aumentaram voluptuosamente após o assassinato de Edson Luís de Lima Souto, durante uma manifestação no restaurante Calabouço, frequentado principalmente por estudantes secundaristas e vestibulandos. A morte do estudante catalisou a indignação popular, o jornal *Correio da Manhã* assim noticiou o evento:

No Rio de Janeiro, centenas de milhares de pessoas levaram ao túmulo o corpo do estudante Edson Luís Lima Souto, num cortejo de três horas que só encontra precedente no do Presidente Getúlio Vargas [...] Os manifestantes entraram em choque com a polícia, saindo vários feridos. Houve uma série de prisões [...] Lenços brancos, velas e até mesmo abajures ligados foram símbolos de amizade aos estudantes, vistos das janelas da maioria dos edifícios por onde passou o cortejo. [...] Ao baixar o caixão, mais de 50 mil pessoas ouviram o juramento prestado por milhares de jovens: “Neste luto, a luta começou” (Correio da Manhã, 30/03/1968 apud ALVES, p. 144)

Lilia Gondin falou sobre a mudança da opinião popular sobre o Movimento Estudantil depois da morte de Edson. Segundo ela, “até começo de sessenta e oito, os estudantes eram sempre vistos como os bagunceiros, que iam para as ruas, só faziam barulho, balburdia, que criavam problemas”<sup>169</sup>. Ana Bursztyn se referiu a 1968 como “marcado por movimentações de rua, discussões”.

---

<sup>169</sup> Entrevista concedida por Lilia Gondin, p. 14.

Junto com as manifestações, as entrevistadas recordaram a repressão. Ou seja, por mais que ainda houvesse espaço para a resistência pública à ditadura, não se tratava de um momento no qual manifestações de rua eram aceitas. Nesse sentido, as entrevistadas relataram formas de resistir à repressão. Nilce Cardoso falou sobre os comícios-relâmpago: “Subia num poste e “papapá”, “abaixo a ditadura e isso, aquilo e aquilo outro” e dava no pé. E quando eles chegavam, quando a polícia chegava, a gente já estava em outro lugar”.<sup>170</sup> Carmem Chaves contou que quando a cavalaria aparecia “botava [rolha de] cortiça, botava bola de gude, botava para levar queda”<sup>171</sup>.

Foi em 1968 que aquelas que ainda não haviam se somado a algum partido ou organização de esquerda fizeram-no, excetuando-se Magda Neves que, como relatou, nunca se viu fechada em um partido político. Foi em 1968 que Lilia e Nilce entraram para a AP e Maria José entrou no COLINA. É importante ressaltar que das doze entrevistadas, onze estiveram ligadas a organizações ou partidos clandestinos, demonstrando que o movimento estudantil nos primeiros anos de ditadura civil-militar era permeado por diversas tendências de esquerda ou era a porta de entrada para elas.

Em outubro de 1968 ocorre o congresso ilegal da UNE na pequena cidade de Ibiúna, em São Paulo, relatado nos depoimentos de Ana e Carmem. Ambas as entrevistadas criticaram a organização do congresso, sendo que Ana acreditava que teria sido melhor realizá-lo em alguma universidade, enquanto Carmem comentou julgar mais inteligente que se fizesse simultaneamente em vários locais. O fato é que a grande compra de pães na pequena cidade paulista chamou a atenção da repressão, o congresso foi desbaratado e todos os estudantes presentes foram presos. As entrevistadas não souberam precisar quantas pessoas estiveram no referido congresso, mas de acordo com Alves (2005, p. 171) foram presos 800 líderes estudantis naquela ocasião.

Em 13 de dezembro de 1968 foi lançado o Ato Institucional nº 5, que recrudesceu violentamente a repressão, suspendendo o direito de *habeas corpus* para crimes políticos e excluindo-se qualquer apreciação judicial dos atos que violassem seu texto. Conhecido como o “golpe dentro do golpe”, o AI-5 foi relatado por quase todas as entrevistadas como o momento em que tiveram que começar a pensar em sua segurança, optando quase imediatamente pela clandestinidade ou semiclandestinidade.

---

<sup>170</sup> Entrevista concedida por Nilce Cardoso, p. 9.

<sup>171</sup> Entrevista concedida por Carmem Chaves, p. 21.

Existe uma interpretação de que “o movimento estudantil debandou após a prisão de 800 de seus líderes num congresso clandestino em Ibiúna, São Paulo, no final de 1968.” (ALVES, 2005, p. 171). Os relatos acima descritos contrariam esse entendimento. Os golpes sofridos pela queda do congresso da UNE e pelo Ato Institucional foram determinantes, mas como comentou Ana Bursztyn, “o ano da guinada foi 69, não foi 68”<sup>172</sup>, tanto é que Lilia Gondin, Sandra Machado e Vera Vital foram presas em 1969 quando ainda estavam ligadas ao Movimento Estudantil. Maria José também foi presa em 1969, mas já estava atuando na guerrilha urbana.

Por fim, é possível concordar com Ridenti (2005, p. 198) quando ele diz que o movimento estudantil forneceu muitos quadros para a organizações de esquerda. Das doze entrevistadas cuja história de vida foi analisada no presente trabalho, oito prosseguiram militando de forma clandestina depois de 1969, são elas: Ana Bursztyn (PCBR e ALN), Maria José Nahas (COLINA), Nilce Cardoso (AP), Dulce Pandolfi (PCBR e ALN), Amparo Araújo (ALN), Josefa Lúcia Siqueira (PCdoB), Rita Sipahi (AP e PRT) e Carmem Chaves (PCBR).

Lilia Gondin, Sandra Helena Machado, Vera Vital e Magda Neves, pelo que é possível saber a partir de suas entrevistas, atuaram na resistência no Brasil apenas como militantes estudantis. Ressalto “no Brasil” por que Sandra tem no relato do exílio o fio condutor de sua narrativa, o que explica o pequeno espaço dedicado ao Movimento Estudantil em sua entrevista. As demais (Lilia, Vera e Magda) fornecem depoimentos bastante ricos, uma vez que a valorização maior de determinado assunto ou acontecimento sugere que as entrevistas “devem ser consideradas como instrumentos de reconstrução da identidade, e não apenas como relatos factuais” (POLLAK, 1989, p. 13). Essa observação de Pollak explica também por que as demais – aquelas que continuaram a militância nos “anos de chumbo” -, no geral, deram menos espaço em suas entrevistas do que aquelas que militaram no Movimento Estudantil. Afinal, elas invariavelmente entraram na clandestinidade e enfrentaram a tortura nos interrogatórios, o que torna latente a necessidade da denúncia, que torna-se, utilizando o termo de Pollak, uma espécie de *leit-motiv* de suas narrativas de história de vida.

---

<sup>172</sup> Entrevista concedida por Ana Bursztyn, p. 10.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa visou analisar a trajetória de doze entrevistadas do Projeto Marcas da Memória: história oral da Anistia no Brasil no âmbito do Movimento Estudantil entre 1964 e 1968. De um conjunto de 93 entrevistas de história de vida realizadas por equipes das Universidades Federais do Rio de Janeiro, de Pernambuco e do Rio Grande do Sul, doze enquadraram-se nos critérios do presente trabalho, constituindo sua fonte.

Por se tratar de entrevistas realizadas por outros pesquisadores, foi necessária a leitura atenta da totalidade dos relatos, uma vez que o caráter primordialmente oral das fontes não garante a narração cronológica dos fatos. Como os testemunhos foram coletados por diferentes equipes, foi necessário trabalhar com diferentes roteiros, de modo que praticamente cada transcrição necessitou uma abordagem diferente. Essa característica foi ainda catalisada pelo fato de não termos trabalhado com um recorte geográfico das fontes, o que resultou em entrevistadas de várias cidades brasileiras.

Foi necessário aproximarmo-nos de características de cada região do país. Se, por exemplo, as entrevistadas do Nordeste citaram o governo de Miguel Arraes e as do sudeste falaram sobre o Calabouço, foi necessária a apropriação de informações referentes a esses temas. Desse modo, a variedade de entrevistas tornou mais desafiadora a construção de uma narrativa única. Ela possibilitou, entretanto, a apreensão de várias nuances da militância estudantil feminina em diversas regiões do Brasil e, também, a observação de características comuns às entrevistadas, independente das regiões de que são oriundas.

A partir dos testemunhos, buscamos informações referentes à formação das entrevistadas no âmbito da família e da escola na sua infância e adolescência, observando como as entrevistadas se referiram a seus pais e mães e à escola. Nesse sentido, constatou-se que boa parte das entrevistadas recebeu a educação formal em escolas religiosas e/ou normalistas, que tinham a função de preparar as mulheres prioritariamente para a vida no lar ou, caso fosse necessário, para trabalharem como professoras do ensino básico.

Foram notadas diferenças entre as referências feitas a respeito de pais e de mães. Primeiramente, as mães foram menos mencionadas que os pais – metade das entrevistadas não falou de suas mães. Além disso, a figura materna foi relacionada sobretudo ao ambiente privado e à religião, enquanto os pais foram rememorados como figuras que tinham certa atividade na esfera pública, envolviam-se na política local ou mantinham-se a par da política nacional.

Várias entrevistadas mencionaram o pai como importante para o início de sua conscientização política. As mães, por outro lado, foram mencionadas como ligadas à fé católica e, nesse sentido, também contribuíram para a conscientização social das entrevistadas.

Quanto a um perfil das entrevistadas, salvo Josefa Siqueira, cuja estrutura familiar destoou das demais entrevistadas – ela adveio de uma família de mulheres operárias -, todas as entrevistadas são oriundas de camadas abastadas da população. As entrevistadas do nordeste, em sua maioria, vieram de famílias ligadas à propriedade da terra, enquanto as do sudeste e sul eram ligadas à classe média urbana.

A atuação no Movimento Estudantil se deu tanto no âmbito universitário quanto secundário, tendo predominado o primeiro. Grande parte das entrevistadas atribuiu ao Movimento Estudantil sua conscientização sobre o contexto político do Brasil na década de 1960. A militância estudantil iniciava ligada principalmente a demandas estudantis, tais como a melhoria da estrutura das escolas e universidades e a luta dos excedentes, para depois extravasar a esfera estudantil e reivindicar o fim da ditadura civil-militar, o que ocorreu principalmente a partir de 1967.

Nas falas das entrevistadas, pôde-se perceber que elas militaram no Movimento estudantil estando ligadas a diversas organizações de esquerda. As entrevistadas citaram a Ação Popular (AP), o Partido Comunista Revolucionário Brasileiro (PCBR), a Frente Trotskista Bolchevique (FTB), o Comando de Libertação Nacional (COLINA). As organizações da Ação Católica – JEC, JUC e JOC – foram área de atuação de várias entrevistadas, o que nos levou a corroborar o dado mencionado por Martins Filho, de que estas tinham grande representatividade no Movimento Estudantil na década de 1960. Por consequência, a Ação Popular foi a organização onde mais entrevistadas atuaram.

Observamos também que as atividades desenvolvidas por essas mulheres no âmbito do Movimento Estudantil estavam muito ligadas à informação – elaboração de panfletos e apostilas e participação em pichações. A presença em reuniões, assembleias e congressos foi mencionada por todas as entrevistadas, o que reforçou o já conhecido caráter de assembleia do Movimento Estudantil no período, uma vez que as organizações estudantis (notadamente a UNE) estavam na ilegalidade. Foi possível perceber que algumas entrevistadas ocuparam posições de liderança no Movimento Estudantil, tais como representante de turma, membro de diretoria de DCE ou de DA. Duas das entrevistadas estiveram no Congresso de Ibiúna.

Os relatos de prisões também foram recorrentes nas falas das mulheres, sendo que no período anterior ao AI-5 elas comentaram se tratar de curtos períodos de detenção, sem tortura física, mas foi comentada tortura psicológica com menções a ofensas ligadas ao sexo das militantes. Nesse sentido, também foram analisadas outras questões de gênero no âmbito familiar, universitário e do Movimento Estudantil. Nesse último, ficou claro o indício de que havia diferenciações de gênero quando se tratava da ocupação de posições de liderança.

O ano de 1968 foi mencionado por todas as entrevistadas, por se tratar de um ano de ebulição do Movimento Estudantil. As menções de passeatas, comícios-relâmpagos, o assassinato de Edson Luís, a Passeata dos Cem Mil, o Congresso da UNE em Ibiúna e o AI-5 demonstraram que as mulheres experimentaram várias nuances do referido ano. Ficou claro, entretanto, que ao contrário do que por vezes se diz, o Movimento Estudantil não fica impossibilitado de agir em 1968, apesar de ter havido uma maior dificuldade de ação, uma vez que várias entrevistadas foram presas no ano seguinte quando ainda militavam nessa esfera.

Muitas das entrevistadas, com o aumento da repressão, caíram na clandestinidade e passaram a atuar em organizações de esquerda, na luta armada, nas atividades de apoio ou incorporando-se à classe trabalhadora. Esse dado vai ao encontro das análises de Ridenti e Maria Helena Moreira Alves - o primeiro indica um grande número de mulheres intelectualizadas nas organizações de esquerda e a segunda menciona o Movimento Estudantil como principal base de recrutamento das referidas organizações.

A utilização de fontes orais possibilitou a aproximação com uma parte da história das mulheres e da ditadura militar que outras fontes não proporcionariam. A análise das memórias das entrevistadas demonstrou a importância que essas mulheres atribuem ao Movimento Estudantil para sua conscientização política. Mais do que isso, o acesso das mulheres ao ensino formal, principalmente às universidades públicas, proporcionou que lutassem não só pela melhoria do ensino e da estrutura das instituições de ensino, mas pelo fim da ditadura civil-militar brasileira.

## REFERÊNCIAS

Entrevista concedida por Ana Bursztyn a Cecília Matos, Izabel Silva e Maria Paula Nascimento, no dia 7 de julho de 2011, no Rio de Janeiro.

Entrevista concedida por Carmem Chaves a Rebecca França e Raíssa Paz, no dia 16 de dezembro de 2011, no Recife.

Entrevista concedida por Dulce Pandolfi a Cecília Matos, Desiree Reis e Izabel Silva, no dia 25 de maio de 2011, no Rio de Janeiro.

Entrevista concedida por Josefa Lúcia Siqueira a Mariana de Andrada e Rebecca Batista, no dia 31 de outubro de 2011, no Recife.

Entrevista concedida por Lilia Gondin a Tasso Araújo e Suzane Araújo, no dia 31 de outubro de 2011, em Recife.

Entrevista concedida por Magda Neves a Maria Paula Araújo, Izabel Silva e Fernanda Abreu, no dia 26 de novembro de 2011, em Belo Horizonte.

Entrevista concedida por Maria do Amparo Almeida Araújo a Suzane Batista Araújo e Raissa Paz, no dia 22 de novembro de 2011, em Recife.

Entrevista concedida por Maria José Nahas a Maria Paula Araújo, Izabel Silva e Fernanda Abreu no dia 27 de novembro de 2011, em Belo Horizonte.

Entrevista concedida por Nilce Azevedo Cardoso a Carla Simone Rodeghero, no dia 18 de maio de 2011, em Porto Alegre.

Entrevista concedida por Rita Sipahi a Cecília Matos, Desiree Reis e Izabel Silva, no dia 29 de janeiro de 2012, em São Paulo.

Entrevista concedida por Sandra Helena Machado a Francisco Carvalho Jr, Gabriel Dienstman, Milene Bobsin e Rosemary F. Brum, no dia 27 de outubro de 2011, em Porto Alegre.

Entrevista concedida por Vera Vital Brasil a Helena Silva, Izabel Rossi e Renato Reis, no dia 12 de setembro de 2011, no Rio de Janeiro.

ARAÚJO, Maria Paula. *Uma história oral da anistia no Brasil: Memória, testemunho e superação*. In: Marcas da memória: história oral da anistia no Brasil. Antonio T. Montenegro, Carla S. Rodeghero, Maria Paula Araújo (org.). Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

ALBERTI, Verena. *Histórias dentro da História*. In: PINSKY, Carla Bassenezi (org.), Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2005.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)* Bauru, SP: Edusc, 2005.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: Lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997.

COSTA, Albertina de Oliveira, (Et al). *Memórias das mulheres do exílio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. *Mulheres, militância e memória*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996

GIANORDOLI-NASCIMENTO, Ingrid Faria. *Mulheres e militância: encontros e confrontos durante a ditadura militar*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987.

JOFILLY, Olívia R., *Esperança Equilibrista: resistência feminina à ditadura militar no Brasil (1964-1985)*

MARIA PEDRO, Joana; WOLFF, Cristina Scheibe (org): *Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul*, Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010.

MACHADO, Vanderlei. *Está faltando ela: a história da resistência feminina ao regime militar nos livros didáticos de História*. 2008. Disponível em: [http://eeh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1208726223\\_ARQUIVO\\_EstafaltandoEla.pdf](http://eeh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1208726223_ARQUIVO_EstafaltandoEla.pdf) (acesso em 02/05/2014)

\_\_\_\_\_. *Memória e livros didáticos: as mulheres contra a ditadura*. X Encontro Nacional de História Oral, 2010. Disponível em: [http://www.encontro2010.historiaoral.org.br/resources/anais/2/1270416340\\_ARQUIVO\\_LivrOdidaticoememoria.pdf](http://www.encontro2010.historiaoral.org.br/resources/anais/2/1270416340_ARQUIVO_LivrOdidaticoememoria.pdf) (acesso em 02/05/2014)

MARTINI, Estela Maris Sartori. *MULHERES DESTINADAS AO ÊXITO: Trajetórias Escolares e Profissionais de Ex-alunas do Curso Científico do Colégio Coração de Jesus de Florianópolis (1949-1960)*. Florianópolis: 2011. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

MENDES JR. Antônio. *Movimento Estudantil no Brasil*, São Paulo: Brasiliense, 1981.

POLLAK, Michael. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. Estudos históricos, Rio de Janeiro, vol.2, n. 3, 1989, p. 3-15

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*, São Paulo: Editora UNESP, 2010.

RODEGHERO, Carla S.; BERTÉ, Isabela. *A ditadura “dentro de casa”*: experiências de militância e de perseguição entre a política e a vida doméstica. In: Antonio T. Montenegro, Carla S. Rodeghero, Maria Paula Araújo (org). *Marcas da Memória: história oral da Anistia no Brasil*. Recife: Editora da UFPE, 2012.

RODEGHERO, Carla S.; GUAZZELLI, Dante G.; DIENSTMANN, Gabriel. *NÃO CALO, GRITO: Memória visual da ditadura civil-militar no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2013.

SALVATICI, Sílvia. *Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres*. História Oral, v.8, n.1, p.29-42, jan-jun., 2005.

SCOTT, Joan Wallach. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Educação & Realidade. Porto Alegre, v. 20, nº 2, jul-dez., 1995, pp. 71-79.

\_\_\_\_\_. *História das mulheres*. In: BURKE, Peter. *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.